São Paulo

DATA MERCANTIL

R$ 2,50

Terça-feira, 25 de junho de 2024

Edição N º 1055

datamercantil.com.br

Amazônia Azul: entenda por que o Brasil é maior do que está no mapa

Quando pensamos na extensão territorial do Brasil, geralmente nos limitamos às suas fronteiras terrestres. O país, no entanto, é muito maior e engloba partes do oceano.

Falamos da Amazônia Azul, uma vasta área marítima sob jurisdição brasileira que possui uma importância estratégica, econômica e ambiental, fazendo do Brasil um país muito maior do que está nos mapas que conhecemos.

São 5,7 milhões de quilômetros quadrados de extensão, segundo levantamento da Marinha do Brasil.

Desde esta segunda-feira (24), a CNN Brasil passa a adotar a extensão da Amazônia Azul nas artes em seus telejornais e no digital – veja o mapa acima.

A Amazônia Azul constitui acervo de ampla biodiversidade, com incontáveis recursos minerais e naturais, de onde são extraídos 95% do petróleo e 80% do gás natural produzidos no Brasil. É por lá que trafegam mais de 95% do comércio exterior brasileiro, segundo informações da Marinha passadas para a CNN.

A área é uma zona econômica exclusiva (ZEE) do Brasil, que se estende com 5,7 milhões de quilômetros quadrados.

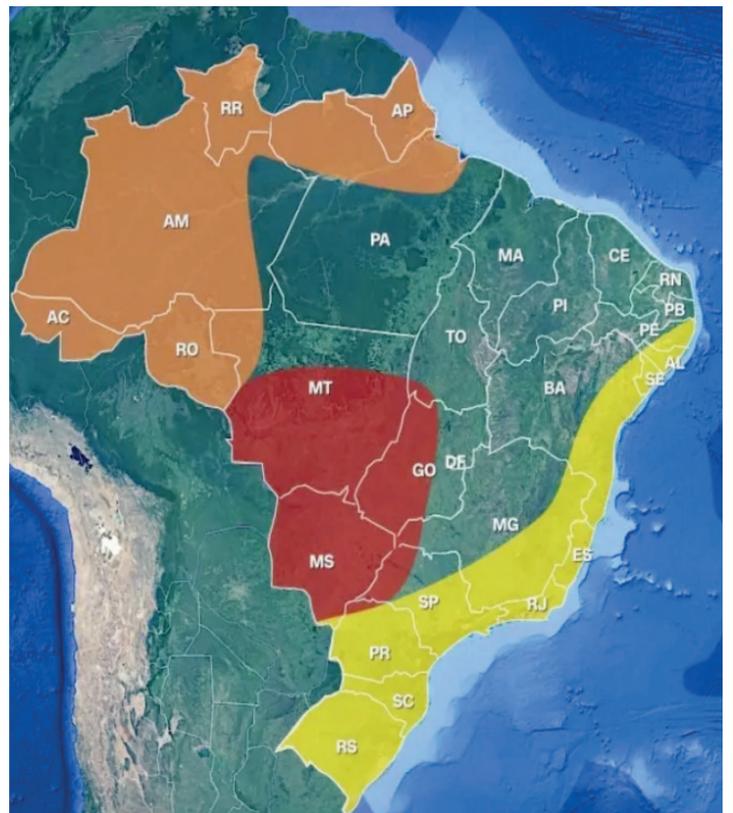
A expansão é comparável em tamanho à Floresta Amazônica, daí o nome "Amazônia Azul".

"É uma equiparação com a Floresta Amazônica ('Amazônia Verde'), em termos de dimensões, abundância de recursos naturais e importância ambiental, científica e econômica", segundo informações da Marinha do Brasil.

A área é vista como um conceito político-estratégico do poder marítimo do país, assim como os desafios que isso demanda.

As riquezas existentes na Amazônia Azul conferem a essa extensa área marítima de inegável importância, exigindo do país esforços no sentido de fiscalizar as atividades ali desenvolvidas, segundo a Marinha.

Tais dimensões e recursos multiplicam as atividades econômicas diretamente influenciadas pelo mar no Brasil, destacadamente: petróleo e gás, extração mineral, defesa, portos e transporte marítimo, indústria naval, turismo e esportes náuticos, pesca e aquicultura, biotecnologia, cultura popular e culinária.

CNN

Economia

Economistas aumentam previsão da inflação e mantêm Selic sem cortes no ano

Página - 03

Grandes usinas solares igualam capacidade da hidrelétrica de Itaipu

Página - 03

ANS autoriza suspensão de venda de planos da Golden Cross

Página - 05

Sem doses com validade próxima, DF não amplia vacinação contra dengue

Página - 05

Política

Empreiteiras aceitam proposta do governo para repactuar acordos de leniência da Lava Jato

Página - 04

Lira repete Eduardo Cunha, pauta retrocesso em aborto legal e depois se queixa de críticas

Página - 04

No Mundo

Rússia acusa EUA por 'ataque bárbaro'; Putin revisa uso de armas nucleares

A Rússia acusou diretamente os Estados Unidos pelo que chamou de "ataque bárbaro" promovido por Kiev contra uma praia ao norte de Sebastopol, a principal cidade da Crimeia, península ucraniana anexada por Vladimir Putin em 2014.

Para completar o ambiente de escalada nas tensões entre Moscou e Washington no contexto da Guerra da Ucrânia, o Kremlin confirmou também nesta segunda (24) que Putin ordenou a revisão da doutrina nuclear russa, o que provavelmente irá facilitar o emprego de armas deste tipo.

Desde os momentos mais críticos da Guerra Fria, não havia um clima tão degradado entre os países que somam 90% das ogivas nucleares do mundo. Os recentes avanços russos e autorização ocidental para que os ucranianos ataquem o solo do vizinho com suas armas elevaram o patamar da tensão.

A ação ocorrida no domingo (23) é ilustrativa. Ao menos 4 pessoas morreram, 2 delas crianças, e 151 ficaram feridas no ataque, que pegou veranistas de surpresa por volta do meio-dia (6h em Brasília), como vídeos em redes sociais russas mostraram.

Foram disparados, segundo o governo local, ao menos oito mísseis de precisão ATACMS americanos. O governador de Sebastopol disse que a maior parte deles foi abatida, mas os destroços atingiram a praia lotada de veranistas.

O porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, chamou a ação de "ataque bárbaro" e a chancelaria convocou o embaixador americano. Mais tarde, o ministério disse que a ação dos ucranianos não apenas empregou armas americanas, mas também foi coordenada por informações de satélites dos EUA e de um drone de reconhecimento de Washington que estava perto da costa da Crimeia.

"O envolvimento dos EUA nos combates, resultando na morte de russos pacíficos, não pode ficar sem consequências", disse Peskov.

Igor Gielow/Folhapress

UNRWA faz apelo contra pressão por fim da agência de apoio aos palestinos

O chefe da Agência das Nações Unidas para os Refugiados Palestinos (UNRWA) pediu na segunda-feira (24) aos parceiros que lutassem contra os esforços de Israel para dissolver a organização enquanto fornece assistência humanitária a Gaza e em toda a região.

"Israel há muito que critica o mandato da agência. Mas agora procura pôr fim às operações da UNRWA, rejeitando o estatuto da agência como uma entidade das Nações Unidas apoiada por uma esmagadora maioria dos Estados-membros", disse o chefe da UNRWA, Philippe Lazzarini, numa reunião dos representantes da comissão consultiva da agência em Genebra.

"Se não reagirmos, outras entidades da ONU e organizações internacionais serão as próximas, minando ainda mais o nosso sistema multilateral".

Lazzarini disse que a agência estava a ser submetida a um "esforço concertado" para desmantelá-la, nomeadamente através de iniciativas legislativas que ameaçavam expulsar a agência do seu complexo e rotulavam a UNRWA como uma organização terrorista.

O primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, apelou durante anos ao desmantelamento da UNRWA, acusando-a de incitamento anti-Israel. No mês passado, o parlamento de Israel, o Knesset, aprovou a leitura preliminar de um projeto de lei que visa designar a UNRWA como organização terrorista.

A missão diplomática israelense em Genebra rejeitou a declaração de Lazzarini nesta segunda-feira.

CNN

União Europeia amplia sanções contra a Rússia

Os países da União Europeia adotaram um 14º pacote de sanções à Rússia que visa preencher algumas lacunas e atinge pela primeira vez as exportações de gás da Rússia, anunciaram os ministros dos Negócios Estrangeiros da UE na segunda-feira (24).

As potências ocidentais impuseram sanções abrangentes a Moscou depois de a Rússia ter lançado uma invasão em grande escala à Ucrânia em fevereiro de 2022, que têm sido progressivamente intensificadas desde então.

As novas restrições ao gás visam reduzir as receitas da Rússia provenientes das exportações de gás natural liquefeito (GNL), proibindo os transbordos – transferência de cargas de um navio para outro – nos portos da UE e uma cláusula que permite à Suécia e à Finlândia cancelar alguns contratos de GNL.

As medidas não chegam a uma proibição da UE às importações de GNL, que aumentaram desde o início da guerra.

As sanções entrarão em vigor após um período de transição de nove meses. O pacote também proíbe novos investimentos e serviços para concluir projetos de GNL em construção na Rússia.

Especialistas no mercado de gás dizem que a medida provavelmente terá pouco impacto, uma vez que a Europa ainda compra gás russo e os transbordos através dos portos da UE para a Ásia representam apenas cerca de 10% do total das exportações russas de GNL.

Um responsável da UE disse que o impacto estimado sobre a Rússia seria de milhões de euros e não de bilhões.

Alguns países da Europa Central ainda recebem gás da Rússia através da Ucrânia. A UE proibiu as importações de petróleo russo em 2022, com algumas isenções limitadas.

O novo pacote visa limitar a evasão das sanções, criando mais responsabilidades e sanções a nível dos Estados-Membros para aqueles que desrespeitam as regras.

CNN

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.:11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agricolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da

Economistas aumentam previsão da inflação e mantêm Selic sem cortes no ano

Os economistas ouvidos pelo Banco Central mantiveram a previsão da Selic em 10,5% ao final deste ano, após a decisão do Copom (Comitê de Política Monetária) da instituição de acabar com o período de cortes e manter o índice neste patamar. Com isso, o mercado avalia que não haverá mais redução da taxa de juros em 2024.

Em compensação, os analistas aumentaram a inflação e o PIB de acordo com o boletim Focus, divulgado na manhã da segunda-feira (24).

A decisão unânime do Copom, divulgada na última quarta-feira (19), de manter a taxa em 10,5% foi alvo de críticas do presidente Lula, que afirmou que o presidente do BC, Roberto Campos Neto, é um adversário e que a troca no comando da instituição no final deste ano trará “normalidade” à política monetária do país.

O anúncio do Copom de encerrar o período de cortes na Selic já era esperada pelos analistas, que haviam previsto a taxa em 10,5% na semana passada.

O mercado acredita que o aumento de preços terminará 2024 em 3,98%, uma variação positiva de 0,02 ponto percentual em relação ao último levantamento.

É a sétima semana consecutiva que os analistas elevam a sua expectativa para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). Em 6 de maio, quando começou a sequência de altas, a previsão era que a inflação fechasse o ano em 3,72%. Nesta segunda, os economistas também cresceram a previsão para 2025 para 3,85%.

O centro da meta oficial para a inflação em 2024, 2025 e 2026 é de 3,00%, sempre com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Já o PIB subiu para 2,09%, alta de 0,01 ponto percentual em relação à semana passada. Nos três anos seguintes, houve manutenção do índice em 2%. Na Selic, também não houve variação para 2025 (9,5%), 2026 (9%) e 2027 (9%).

A previsão para o dólar neste ano voltou a subir pela segunda semana seguida, indo a R$ 5,15, mesma previsão para 2025 e 2026.

Folhapress

Contas externas têm saldo negativo de US$ 3,4 bilhões em maio

As contas externas do país tiveram saldo negativo em maio de 2024, chegando a US$ 3,400 bilhões, informou na segunda-feira (24) o Banco Central (BC). No mesmo mês de 2023, houve superávit de US$ 1,093 milhão nas transações correntes, que são as compras e vendas de mercadorias e serviços e transferências de renda com outros países.

A piora na comparação interanual é resultado da queda de US$ 3 bilhões no superávit comercial, em razão, principalmente, da redução de 6,9% nas exportações. Contribuindo para o resultado negativo nas transações correntes, os déficits em serviços e renda primária (pagamento de juros e lucros e dividendos de empresas) aumentaram em US$ 1,3 bilhão e US$ 168 milhões, respectivamente.

A renda secundária também passou de superávit para déficit, com variação de US$ 81 milhões.

Em 12 meses encerrados em maio, o déficit em transações correntes somou US$ 40,148 bilhões, 1,79% do Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos no país), ante o saldo negativo de US$ 35,654 bilhões (1,6% do PIB) no mês passado. Já em relação ao período equivalente terminado em maio de 2023, houve diminuição; na ocasião, o déficit em 12 meses somou US$ 45,283 bilhões (2,24% do PIB).

De acordo com o BC, as transações correntes têm cenário bastante robusto e vinham com tendência de redução nos déficits em 12 meses, que se inverteu a partir de março deste ano. Ainda assim, o déficit externo é baixo para os padrões da economia brasileira e está financiado por capitais de longo prazo, principalmente pelos investimentos diretos no país, que têm fluxos de boa qualidade. Os dados do Investimento Direto no País (IDP) no mês de maio somaram US$ 3,023 bilhões.

Andreia Verdélio/ABR

Grandes usinas solares igualam capacidade da hidrelétrica de Itaipu

As usinas solares de maior porte no país ultrapassaram em junho a marca de 14 gigawatts (GW) de potência operacional, informou esta semana a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar). A potência iguala a capacidade instalada de Itaipu, a segunda maior usina hidrelétrica do planeta.

Atualmente, todas as unidades da federação têm usinas solares de grande porte. Na divisão por regiões, o Nordeste ocupa a liderança, com 59,8% de potência instalada. Em seguida, vêm o Sudeste, com 39,1%, e o Sul, com 0,5%. Completam a lista o Norte e o Centro-Oeste, com 0,3% cada.

Segundo a Absolar, mesmo com a dependência da luz solar, é plenamente possível aumentar significativamente a participação das fontes renováveis na matriz elétrica brasileira. A ampliação, alega a entidade, pode assegurar a confiabilidade, a segurança e a estabilidade do sistema elétrico do país, mantendo o equilíbrio técnico e econômico dos contratos de todos os produtores de energia.

Um estudo realizado de 2019 a 2021 pelo Ministério de Minas e Energia, pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e a GIZ, entidade de cooperação internacional do governo alemão, constatou sinergia entre as matrizes de energia renovável no Brasil. Quando há variações nos ventos e no Sol, as hidrelétricas garantem o equilíbrio do sistema, não as termelétricas fósseis. Atualmente, o estudo está na terceira fase.

Ao considerar as unidades de produção de energia solar de todos os portes, da produção doméstica às usinas grandes, o Brasil alcançou, em 2023, 15,7 gigawatts de potência máxima de energia fotovoltaica. Com 4% do mercado global, o país firmou-se como a terceiro maior produtor de energia solar, atrás apenas da China e dos Estados Unidos.

A conclusão consta do relatório Perspectiva Global para a Potência Solar 2024-2028, elaborado pela organização SolarPower Europe e divulgado na Alemanha. Tanto no levantamento da Absolar como no relatório europeu, a metodologia considera a potência máxima de produção, nos cenários de maior insolação, não a potência nominal instalada.

Wellton Máximo/ABR

Política

Empreiteiras aceitam proposta do governo para repactuar acordos de leniência da Lava Jato

A maioria das empreiteiras decidiu aceitar os termos propostos pelo governo para a repactuação dos acordos de leniência firmados no âmbito da Operação Lava Jato.

As respostas estão sendo enviadas formalmente à Controladoria-Geral da União (CGU) e à Advocacia-Geral da União (AGU), responsáveis pelas negociações, ainda na segunda-feira (24).

A CNN ouviu, reservadamente, quatro das sete empresas que estão em tratativas. Elas aceitaram "com ressalvas" a proposta do governo, que prevê abatimento de aproximadamente 50% do saldo devedor dos acordos.

Essas "ressalvas" ainda deverão ser discutidas pelos próximos 30 dias. Entre elas está, principalmente, o fluxo de pagamento (cronograma) do que resta a pagar.

Em linhas gerais, as empresas alegam que o fluxo precisa estar alinhado à sua capacidade de desembolso, já que hoje têm um faturamento bem inferior ao da década passada — quando os acordos originais foram assinados.

Outra demanda, que ainda precisa ser ajustada nos próximos 30 dias, é o indexador do saldo. A CGU perdoou os juros cobrados enquanto as empreiteiras estavam inadimplentes, mas pretende cobrar taxa Selic para corrigir o saldo de agora em diante. As empresas insistem na troca por IPCA.

Sete empresas — Novonor (ex-Odebrecht), Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, UTC, Metha (ex-OAS), Nova (ex-Engevix) e Braskem — ainda devem R$ 11,8 bilhões para a União.

Por meio dos acordos de leniência, elas reconheceram práticas ilícitas e ficaram livres da proibição de participar de licitações públicas. No entanto, devido à queda de faturamento nos últimos anos, interromperam os pagamentos.

O ministro André Mendonça, relator no Supremo Tribunal Federal (STF) de uma ação que contesta os termos das leniências, deu prazo até quinta-feira (26) para um entendimento entre o governo e as empresas. Para abater até 50% do saldo devedor, a CGU e a AGU resolveram aceitar o prejuízo fiscal das empreiteiras. Trata-se de créditos tributários acumulados com deduções não utilizadas do Imposto de Renda (IRPJ) enquanto as companhias estavam com seus balanços no vermelho.

CNN

Boulos aposta em equipe de plano de governo "além da esquerda" e propostas para meio ambiente

O pré-candidato do PSOL à Prefeitura de São Paulo, Guilherme Boulos, vai apostar nesta semana na apresentação de propostas de seu plano de governo, como o plantio de mais de 5 milhões de árvores em um eventual mandato, para buscar eleitores além do campo da esquerda. Para isso, um vídeo com os colaboradores das discussões, incluindo ex-integrantes de gestões do PSDB e de outros partidos, começará a circular nas redes do deputado federal.

Entre os nomes que participaram das reuniões estão ex-secretários e ex-assessores de gestões tucanas nos governos municipal e estadual de São Paulo, como o ex-vereador Daniel Annenberg, um dos criadores do Poupatempo; o sociólogo Benedito Mariano, ouvidor das polícias nos governos Mário Covas e Geraldo Alckmin e ex-secretário de Segurança Pública de Diadema; o sanitarista Gonzalo Vecina, entre outros.

"Nós trouxemos pessoas que vieram de outros partidos, de outras gestões, de movimentos sociais", diz o pré-candidato na gravação, que também conta com a ex-prefeita e pré-candidata a vice, Marta Suplicy (PT).

Ainda que predominem os nomes ligados ao PT e ao PSOL, a campanha de Boulos considera o processo de elaboração do plano de governo uma forma de buscar conexão além do eleitorado tradicional da esquerda, ao mostrar o pré-candidato conhecendo experiências bem-sucedidas de cidades como Bogotá, Paris e Xangai, e trazer os especialistas defendendo sustentabilidade, inovação e responsabilidade fiscal. Uma das promessas nesse sentido foi anunciada no fim de semana, durante evento da pré-candidata a vereador Marina Bragante – ex-assessora de gestões tucanas na assistência social, ela teve incorporado ao plano de Boulos um auxílio para trabalhadoras informais durante os primeiros meses de vida de seus recém-nascidos, para suprir a falta da licença-maternidade a que mulheres com carteira assinada têm direito.

Ana Pompeu/Folhapress

Lira repete Eduardo Cunha, pauta retrocesso em aborto legal e depois se queixa de críticas

Com uma distância de quase dez anos, as queixas do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), em relação às críticas pela aprovação da urgência do projeto de lei Antiaborto por Estupro se assemelham à experiência vivida por um de seus antecessores, Eduardo Cunha, então no MDB-RJ.

Os dois, expoentes do mesmo grupo político, o centrão, pautaram retrocessos no aborto legal, suscitaram reação da sociedade civil e, mais tarde, reclamaram da mobilização contrária, afirmando não serem os responsáveis únicos pelas tramitações.

Em 2015, Cunha era o presidente da Câmara e articulou a tramitação de projeto que tratava da atenção a vítimas de abuso sexual, mas que tinha alterações que poderiam dificultar, inclusive, o acesso à pílula do dia seguinte. "Assisto pasmo às manifestações contra mim e o projeto, como se eu fosse seu único autor e também o responsável pelo texto que aprovaram na comissão à minha revelia, o qual não tem e nem terá meu apoio", disse ele, à época.

Em 2015, Lira integrava o grupo liderado por Cunha. Após as gestões de Rodrigo Maia (RJ), de 2016 a 2021, o deputado do PP recolocou o centrão no comando da Câmara em fevereiro de 2021.

No último dia 12, Lira conduziu os deputados em uma votação-relâmpago do requerimento de urgência de um projeto de lei que altera o Código Penal para aumentar a pena imposta àquelas que fizerem abortos quando há viabilidade fetal, presumida após 22 semanas de gestação. A ideia é equiparar a punição à de homicídio simples.

Lira se reuniu com líderes após a votação. Segundo relatos de três participantes do encontro, o alagoano se queixou das críticas personalizadas a ele, classificando-as como improcedentes e de ataque pessoal. Alguns líderes saíram em sua defesa.

A diferença entre Lira e Cunha, nesse caso, é que o ex-deputado era um dos autores do texto. O projeto foi apresentado em 2013, mas só andou com a ascensão de Cunha à Presidência da Casa. Evandro Gussi (PV-SP), católico da Renovação Carismática, passou a relatar a matéria na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

Folhapress

ANS autoriza suspensão de venda de planos da Golden Cross

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) autorizou, na semana passada, a Golden Cross a suspender a comercialização de 114 dos 143 planos ativos da operadora, a partir de 10 de julho. A solicitação para a suspensão do comércio destes planos foi feita pela própria operadora em 10 de junho.

A agência reguladora esclareceu que a suspensão da comercialização dos planos não afetará nenhum dos beneficiários da operadora, pois a ANS não cancelou os contratos existentes. Desta forma, a partir de 10 de julho, a Golden Cross ainda seguirá com 29 planos ativos para comercialização, sendo 17 exclusivamente odontológicos e 12 médico-hospitalares.

A qualquer momento, a Golden Cross também poderá solicitar a suspensão desses planos, se assim o quiser.

A medida tinha sido anunciada pela Golden Cross em comunicado divulgado a seus clientes e corretores, em 6 de junho. Diante disso, no último dia 10, a Agência Nacional de Saúde Suplementar notificou a Golden Cross e pediu esclarecimentos sobre a suspensão de novas vendas dos planos de saúde, pois a ANS não havia sido oficialmente informada.

Golden Cross e Amil

Em 6 de junho, as operadoras de saúde Golden Cross e a Amil, em um comunicado conjunto, informaram aos cerca de 240 mil clientes dos planos médicos empresariais da Golden que, a partir do dia 1º de julho, eles passarão a ser atendidos na rede credenciada Amil, após a reestruturação.

Sobre essa parceria, a ANS também notificou a operadora para solicitar mais informações.

A agência reconhece que o uso de rede de uma operadora por outra prestadora de serviços de saúde suplementar é permitido legalmente. Com isso, não existe a necessidade de autorização da ANS.

Mas é preciso que a agência reguladora seja comunicada sobre os casos de mudança do tipo de contrato registrado, por exemplo, sobre a rede de prestadores de serviços de saúde aos clientes.

Em caso de dúvidas, o usuário pode verificar o que está coberto pelo seu plano de saúde no site.

Daniella Almeida/ABR

Sem doses com validade próxima, DF não amplia vacinação contra dengue

Sem doses contra a dengue próximas do vencimento, o Distrito Federal (DF) vai manter a vacinação contra a doença apenas para o público-alvo definido pelo Ministério da Saúde: crianças e adolescentes de 10 a 14 anos.

No último sábado (22), o governo federal autorizou a ampliação da faixa etária no intuito de evitar perdas de estoques. Com isso, doses com validade até 30 de junho e 31 de julho podem ser aplicadas, preferencialmente, em crianças e adolescentes de 6 a 16 anos.

Em nota enviada à Agência Brasil, a Secretaria de Saúde do Distrito Federal informou que as doses contra a dengue disponíveis na rede local não vencem em junho nem em julho de 2024, apenas ao longo do próximo ano.

"Nossas doses vencem em 2025. Por isso, no momento, não haverá uma mudança na estratégia adotada pela pasta com relação ao público-alvo, que segue sendo de crianças entre 10 e 14 anos", informou a secretaria.

Paula Laboissière/ABR

Anvisa emite informe de segurança sobre reações adversas a cosméticos

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publicou informe de segurança sobre a importância de reconhecer e relatar reações adversas decorrentes do uso de produtos cosméticos. "Produtos cosméticos são amplamente utilizados e geralmente seguros, mas é essencial estar atento a qualquer reação adversa que possa surgir", destaca a Anvisa.

A proposta do documento é garantir que os consumidores estejam cientes dos sinais de possíveis reações adversas e da necessidade de registrar essas ocorrências nos canais oficiais da agência. "O registro nos canais da Anvisa é fundamental para que a agência possa tomar as medidas necessárias para garantir a segurança dos produtos disponíveis no mercado brasileiro."

Os relatos de reações adversas à saúde podem ser registrados por meio dos seguintes canais:

- cidadãos: relato pelo Limesurvey ou e-Notivisa;

- empresas e profissionais de saúde: relato pelo Notivisa (após cadastro);

- outros profissionais: relato pelo Limesurvey.

Sintomas

No informe, a Anvisa destaca que as reações adversas decorrentes do uso de produtos cosméticos podem variar em gravidade, desde irritações leves na pele até reações alérgicas graves que necessitam de atenção médica imediata.

Alguns sinais de reações adversas incluem:

- irritação cutânea: vermelhidão, coceira, queimação, ardência ou descamação na área de aplicação do produto;

- inchaço ou edema: aumento anormal de volume na pele ou tecidos adjacentes após o uso do produto;

- erupções cutâneas: lesões cutâneas, manchas, bolhas ou erupções que não estavam presentes anteriormente;

- sensibilidade extrema: aumento da sensibilidade da pele a outros produtos ou substâncias após o uso do produto cosmético.

Outros sinais citados pela agência são tontura, falta de ar, náuseas ou outros sintomas sistêmicos que possam indicar uma reação alérgica generalizada.

A Anvisa reforça a importância de conferir se os produtos cosméticos a serem adquiridos estão devidamente regulamentados na agência, além de seguir as instruções de uso.

Paula Laboissière/ABR

Estratégia Educacional Participações S.A.

CNPJ/MF nº 28.222.443/0001-46

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

		Controladora			Consolidado		
	NE	2023	2022 (reapresentado)	01/01/2022 (reapresentado)	2023	2022 (reapresentado)	01/01/2022 (reapresentado)
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	3	**51**	123	157	**15.556**	16.634	10.435
Títulos e valores mobiliários	4	**-**	-	-	**28.776**	9.211	8.917
Contas a receber	5	**-**	-	-	**140.672**	101.056	79.053
Estoques	6	**-**	-	-	**8.415**	7.020	6.690
Adiantamentos e despesas antecipadas		**-**	-	-	**929**	944	2.145
Impostos a recuperar		**1**	1	1	**3.198**	2.230	2.143
Outras contas a receber		**-**	-	-	**63**	13	104
Total do ativo circulante		**52**	124	158	**197.599**	137.108	109.487
Não circulante							
Depósitos judiciais	14	**-**	-	-	**-**	10	10
Partes relacionadas	12	**-**	-	-	**51.149**	-	-
Outras contas a receber		**-**	-	-	**59**	541	105
Instrumentos financeiros derivativos	7	**-**	-	-	**1.352**	-	-
Investimentos	7				**85**	-	-
Imobilizado	8	**-**	-	-	**15.020**	15.694	17.086
Intangível	9	**-**	-	-	**45.383**	47.565	44.620
Direito de uso	10	**-**	-	-	**6.384**	1.007	2.101
Total do ativo não circulante		**-**	-	-	**119.432**	64.816	63.922
Total do ativo		**52**	124	158	**317.031**	201.924	173.409
Passivo							
Circulante							
Fornecedores		**-**	-	-	**17.560**	4.729	6.905
Professores, autores e *coaching*		**-**	-	-	**5.782**	4.558	5.777
Empréstimos a pagar	13	**-**	-	-	**4.865**	4.459	-
Impostos a recolher		**1**	-	-	**4.233**	4.301	5.007
Obrigações com pessoal		**-**	-	-	**15.484**	14.080	14.962
Passivo de arrendamento	10	**-**	-	-	**1.742**	1.276	2.470
Outras contas a pagar		**-**	-	-	**1.728**	1.179	1.136
Receitas diferidas	11	**-**	-	-	**182.368**	135.567	112.258
Total do passivo circulante		**1**	-	-	**233.762**	170.149	148.515
Não circulante							
Obrigações por cotas de fundo de investimentos	7	**-**	-	-	**42.305**	57.374	59.799
Receitas diferidas	11	**-**	-	-	**65.843**	10.143	15.911
Passivo de arrendamento	10	**-**	-	-	**4.765**	-	-
Impostos diferidos		**-**	-	-	**4.318**	-	-
Empréstimos a pagar	13	**-**	-	-	**5.676**	10.541	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14	**-**	-	-	**12.409**	6.886	3.548
Investimento em controlada com passivo a descoberto	7	**54.810**	54.883	54.524	**-**	-	-
Participações a pagar		**12**	12	12	**12**	12	12
Outras contas a pagar	15	**-**	-	-	**2.713**	1.590	-
Total do passivo não circulante		**54.822**	54.895	54.536	**138.040**	86.546	79.270
Patrimônio líquido negativo							
Capital social	16	**6.204**	6.204	3.517	**6.204**	6.204	3.517
Instrumentos patrimoniais outorgados	16	**1.777**	1.491	843	**1.777**	1.491	843
Reserva legal	16	**40**	40	40	**40**	40	40
Prejuízos acumulados		**(62.791)**	(62.505)	(58.777)	**(62.791)**	(62.505)	(58.777)
Total do patrimônio líquido negativo		**(54.771)**	(54.770)	(54.378)	**(54.771)**	(54.770)	(54.378)
Total do passivo e de patrimônio líquido negativo		**52**	124	158	**317.031**	201.924	173.409

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

		Controladora		Consolidado	
	NE	2023	2022 (reapresentado)	2023	2022 (reapresentado)
Receita operacional líquida	17	**-**	-	**285.462**	233.674
Custos na venda de produtos e serviços	18	**-**	-	**(88.580)**	(72.201)
Lucro bruto		**-**	-	**196.882**	161.473
Despesas comerciais	18	**-**	-	**(9.630)**	(11.590)
Despesas gerais e administrativas	18	**(73)**	(226)	**(172.935)**	(140.109)
Resultado de equivalência patrimonial	7	**(214)**	(3.873)	**(43)**	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		**(287)**	(4.099)	**14.274**	9.774
Receitas financeiras	19	**5**	7	**4.211**	468
Despesas financeiras	19	**(3)**	(4)	**(10.561)**	(14.339)
Resultado financeiro		**2**	3	**(6.350)**	(13.871)
Lucro/Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	20	**(286)**	(4.096)	**7.925**	(4.096)
IRPJ e CSLL corrente		**(1)**	(1)	**(3.894)**	(1)
IRPJ e CSLL diferida		**-**	-	**(4.318)**	-
Prejuízo do exercício		**(287)**	(4.097)	**(287)**	(4.097)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022 (reapresentado)	2023	2022 (reapresentado)
Prejuízo do exercício	**(287)**	(4.097)	**(287)**	(4.097)
Outros resultados abrangentes	**-**	-	**-**	-
Resultado abrangente total do exercício	**(287)**	(4.097)	**(287)**	(4.097)

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	NE	Capital social	Instrumentos patrimoniais	Reserva Legal	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 01/01/2022 (reapresentado)		3.517	843	40	(58.407)	(54.378)
Instrumentos patrimoniais	16	-	648	-	-	648
Integralização de capital	16	2.687	-	-	-	2.687
Prejuízo do exercício		-	-	-	(4.097)	(3.728)
Saldos em 31/12/2022 (reapresentado)		**6.204**	**1.491**	**40**	**(62.505)**	**(54.770)**
Instrumentos patrimoniais	16	**-**	**286**	**-**	**-**	**286**
Prejuízo do exercício		**-**	**-**	**-**	**(287)**	**(287)**
Saldos em 31/12/2023		**6.204**	**1.777**	**40**	**(62.791)**	**(54.771)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

		Controladora		Consolidado	
	NE	2023	2022 (reapresentado)	2023	2022 (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(287)	(4.097)	(287)	(4.097)
Ajustes:					
Depreciação	8	-	-	2.541	2.584
Amortização	9 e 10	-	-	6.634	6.479
Baixa de imobilizado	8	-	-	68	-
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	14	-	-	5.523	3.338
Equivalência patrimonial	7	214	3.873	43	-
Provisão para bônus		-	-	4.547	3.843
Valor justo outorga stock options	16	-	-	286	648
Valor justo outorga phantom share	15	-	-	1.123	1.590
Juros sobre mútuo		-	-	(188)	-
Juros sobre arrendamento		-	-	262	1.601
Juros FIDC		-	-	5.754	10.095
Juros provisionados		-	-	2.369	1.827
Imposto diferido		-	-	4.318	-
Redução (aumento) dos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		-	-	(45.371)	(32.098)
Estoques		-	-	(1.395)	(330)
Adiantamentos e despesas antecipadas		-	-	15	1.201
Impostos a recuperar		-	-	(968)	(87)
Depósitos judiciais		-	-	10	-
Outras contas a receber		-	-	434	(345)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:					
Fornecedores		-	-	12.831	(2.176)
Professores, autores e coaching		-	-	1.224	(1.219)
Obrigações com pessoal		-	-	(3.143)	(4.725)
Impostos a recolher		-	-	(68)	(706)
Receita diferida		-	-	102.501	17.541
Outras contas a pagar		1	-	549	41
Juros pagos passivo de arrendamentos		-	-	(263)	(1.601)
Juros pagos sob empréstimos		-	-	(2.369)	(1.827)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(72)	(224)	96.980	1.577
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Investimento Tutory		-	-	(4.000)	-
Aquisição de imobilizado	8	-	-	(1.934)	(1.192)
Aquisição de intangível	9 e 10	-	-	(729)	(5.788)
Títulos e valores mobiliários		-	-	(19.556)	(294)
Aporte de capital em controlada	7	-	(2.497)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		-	(2.497)	(26.219)	(7.274)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Mútuo com partes relacionadas	12	-	-	(50.961)	-
Obrigações por cotas de fundo de investimentos		-	-	(15.069)	(2.425)
Captação / (Pagamento) de empréstimos	13	-	-	(4.459)	15.000
Pagamento principal passivo de arrendamento		-	-	(1.350)	(3.735)
Aumento de capital	16	-	2.687	-	2.687
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		-	2.687	(71.839)	11.527
Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa		(72)	(34)	(1.078)	6.199
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	123	157	16.634	10.435
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	51	123	15.556	16.634

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS

1. Contexto operacional: O Estratégia Educacional Participações S.A. (a "Companhia" ou "Estratégia Educacional") foi constituída em 19/07/2017, tendo como objetivo exclusivo a participação em outras Companhias que desenvolvam projetos na área educacional. Suas controladas possuem como principais operações a venda de livros digitas (exemplos: preparatórios para concursos públicos e vestibulares) e a prestação de serviços de orientação educacional, por meio de plataforma on- line. A Companhia está domiciliada no Brasil e sua sede está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo. O Estratégia Educacional e suas controladas são chamados de "Grupo" ou "Grupo Estratégia". a) Situação econômica e financeira: A Companhia apresentou, em 31/12/2023, patrimônio líquido negativo de R$54.771 e capital circulante negativo de R$36.163 devido, principalmente, ao registro da receita diferida, conforme o modelo de negócios da Companhia. A Administração da Companhia minimiza as eventuais necessidades de caixa de curto prazo, tomando todas medidas possíveis para que sua saúde financeira fique intacta e para reforçar o seu caixa. Em 2021, efetuou uma captação de um FIDC junto ao mercado financeiro, no montante de R$66.143, conforme divulgado em detalhes no item b) desta nota explicativa. Além disso, em março de 2022, concluiu a captação da Cédula de Crédito Bancário obtida junto ao banco ABC Brasil S.A., no montante de R$15.000 para capital de giro, conforme divulgado na nota explicativa de nº 13.Também em 2022 a Companhia aumentou seu capital social mediante caixa, sendo assim, no segundo trimestre de 2022 voltou a gerar caixa positivo, visto que os principais investimentos realizados na transformação digital e no lançamento das novas verticais de negócios (cursos preparatórios para Vestibular e Residência Médica) foram desenvolvidos.Em 2023 não houve mudança no cenário. b) Cessão de direitos: Em março de 2021, foi aprovada pela administração da Companhia, a estruturação do Estratégia Educacional Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC"), sob forma de condomínio fechado e com prazo de duração indeterminado. O total do Patrimônio Líquido definido pela administração foi no valor de R$66.143, alinhada com a estrutura de capital ótima da Companhia. O objetivo do FIDC é proporcionar aos Cotistas, a valorização de suas Cotas, no longo prazo, por meio de aplicação dos recursos do FIDC, preponderantemente, na aquisição dos Direitos Creditórios do Estratégia Concursos S.A. ("Estratégia") e aplicação em Ativos Financeiros, de acordo com os critérios estabelecidos em Regulamento. O FIDC adquirirá créditos originados das transações de pagamento via cartão de crédito das principais bandeiras de cartão (Visa, Master, Elo, AMEX e Hiper) por meio da plataforma de pagamentos do Estratégia, garantidos por cessão fiduciária das agendas de recebíveis futuros. O FIDC iniciou suas operações em setembro de 2021, com a emissão de 55.000.000 cotas com valor nominal unitário de R$1,00 (um real), sendo 36.800.000 cotas seniores com rentabilidade teto de CDI + 5,00% da variação do DI, 13.200.000 cotas mezanino com rentabilidade teto de CDI + 7,00% da variação do DI e 5.000.000 cotas subordinadas juniores do Estratégia. As cotas seniores e mezanino ficaram divididas igualmente com 25.000.000 cotas cada, subscritas pelo Banco Itaú S.A. e ARX Investimentos LTDA. Em outubro de 2021, foi realizada uma nova emissão de 9.400.000 cotas seniores com rentabilidade de CDI +5,00% da variação do DI, subscrita pelo Ibiúna Credit FIM CP e 1.600.000 cotas subordinadas juniores do Estratégia. A totalidade do valor das cotas seniores e mezanino correspondente ao principal investido será amortizada ao longo de 5 (cinco) anos, a partir de sua data da emissão com uma carência de 12 (doze) meses. A rentabilidade acrescida as cotas seniores e mezanino serão pagas mensalmente, a partir da data da emissão. **2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e sumário das principais práticas contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e estão apresentadas em milhares de reais (R$), exceto quando indicado de outra forma. Para todos os períodos até e incluindo o ano findo em 31/12/2022, o Grupo preparou as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas ("CPC PME"). Estas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2023 são as primeiras que o Grupo preparou de acordo com o CPC. Consulte a Nota 2.5 para obter informações sobre como o Grupo adotou o CPC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir, as quais foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente e estão consistentes com o exercício anterior. **2.3. Resumo das principais práticas contábeis adotadas pelo Grupo:** a) Moeda funcional e de apresentação: A moeda funcional e de apresentação utilizada para mensurar os itens da Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é o real (R$), que representa o ambiente econômico no qual a Companhia realiza suas operações. b) Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e têm vencimentos inferiores há 90 dias, não excedendo o seu valor de mercado ou de realização. c) Instrumentos financeiros: *Reconhecimento e mensuração*: A Companhia reconhece um ativo ou um passivo financeiro somente quando tornar-se parte das disposições contratuais do instrumento. O ativo ou o passivo financeiro é reconhecido e mensurado inicialmente pelo custo da operação (incluindo os custos de transação, exceto na mensuração inicial de ativos e passivos financeiros, que são subsequentemente mensurados pelo valor justo por meio do resultado), a menos que o acordo constitua, de fato, uma transação de financiamento para a Companhia (para passivo financeiro) ou para a contraparte (para ativo financeiro) do acordo. Os ativos ou passivos financeiros básicos são reconhecidos pelo custo da operação, a menos que o acordo constitua, de fato, uma transação financeira. Se o acordo constitui uma transação financeira, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros com base no valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa de juros de mercado para instrumento de dívida semelhante. No final de cada período de divulgação, a Companhia avalia a existência de evidências objetivas quanto ao valor recuperável dos ativos financeiros avaliados com base no custo ou custo amortizado. Se houver, a Companhia reconhece, imediatamente, uma redução no valor recuperável no resultado. A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando: (i) os direitos contratuais para os fluxos de caixa do ativo financeiro vençam ou sejam liquidados; (ii) a Companhia transfira para outra parte praticamente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro; (iii) a Companhia, apesar de ter retido alguns riscos e benefícios relevantes da propriedade, transferiu o controle do ativo para outra parte e a outra parte tem a capacidade prática de vender o ativo na íntegra para terceiros não relacionados, e é capaz de exercer essa capacidade unilateralmente, sem precisar impor restrições adicionais à transferência. A Companhia baixa um passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) apenas quando ele é extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato é cumprida, cancelada ou expira. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes e partes relacionadas. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: empréstimos e financiamentos, fornecedores e partes relacionadas. *Mensuração do valor justo*: Os valores justos estimados foram determinados usando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Assim, as estimativas aqui apresentadas não são necessariamente indicativas dos montantes que a Companhia poderia realizar no mercado atual. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas podem ter um efeito significativo nos valores justos estimados. d) Contas a receber: As contas a receber estão registradas aos valores nominais das faturas e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída com base em análise específica da situação de cada cliente quanto à idade das contas e situação financeira, e/ou em liquidação judicial feita pela Administração, para as quais a Companhia não dispõe de garantias para fazer face às perdas prováveis na respectiva realização. e) Estoques: Demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, os estoques consistem em direitos autorais sobre vendas de cursos e pacotes dos livros digitais. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. f) Investimentos: Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no balanço patrimonial da investida na mesma data-base do balanço da controladora. É constituída provisão para perdas caso a controlada apresente saldo de passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo) e, quando aplicável, para outros investimentos considerados de difícil recuperação. g) Imobilizado: Apresentado pelo custo de aquisição, líquido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear conforme as taxas mencionadas na nota explicativa nº 8, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A depreciação do ativo se inicia quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando está no local e em condição necessária para funcionar da maneira pretendida pela administração sendo reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados nas datas de encerramento do exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. h) Intangível: Apresentado pelo custo de aquisição, líquido da amortização do período. Os ativos intangíveis são compostos por: (i) Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado; (ii) Direitos autorais adquiridos para utilização de materiais de propriedade intelectual dos professores, com vida útil definida de 10 anos; (iii) Marcas e patentes referentes ao registro no nome e marca da companhia, não são amortizados e, (iv) Ágio ("goodwill"), apurado na aquisição de controlada, representado pelo valor do custo de aquisição do investimento que superar o valor patrimonial. i) Arrendamentos: O Grupo aluga diversos andares de prédios comerciais para sua área operacional administrativa. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de um a cinco anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo. São depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. j) "Impairment" de ativos não financeiros: Os ativos que estão sujeitos à amortização e/ou depreciação são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "impairment" é reconhecida pelo valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Esse último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido "impairment", são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão e/ou manutenção do "impairment" no fim de cada exercício. k) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. A Companhia não reconhece um ativo contingente como ativo. A divulgação de ativo contingente é exigida quando a entrada de benefícios econômicos for provável. Entretanto, quando o fluxo de benefícios econômicos futuros para a Companhia for praticamente certo, então o referido ativo não é um ativo contingente, e seu reconhecimento é apropriado. l) Provisão para IRPJ e CSLL: Os passivos tributários correntes provisionados são calculados com base na legislação em vigor nas datas de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, ajustados pelas compensações dos prejuízos fiscais e da base negativa de IRPJ e da CSLL, obedecendo ao limite estipulado em legislação específica. m) Estimativas contábeis: Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas anteriormente, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores. Os principais itens sujeitos a julgamentos na aplicação das políticas contábeis são determinação da vida útil de bens do imobilizado e intangível para fins de depreciação e amortização, provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, entre outros. n) Reconhecimento de receita: A receita da venda de livros digitais e prestação de serviços é reconhecida na demonstração do resultado na medida em que os livros digitais são disponibilizados para os clientes e os serviços são efetivamente prestados mediante o valor estabelecido pela Administração. A venda de livros digitais refere-se ao material eletrônico disponibilizado para download e utilização do aluno, seja ele apostila, provas e/ou vídeo aulas e os serviços prestados referem-se aos serviços de resposta aos fóruns de pergunta, monitoria e auxílio aos alunos, aula online, entre outros. Quando aplicável, os livros vendidos e serviços contratados e ainda pendentes de realização são registrados no passivo como receitas diferidas de acordo com a vigência contratual. As receitas de livros digitais e serviços prestados são reconhecidas no resultado conforme a disponibilização de materiais para o cliente. A receita é apresentada na demonstração do resultado líquida de deduções, incluindo os impostos incidentes, quando aplicável. Caso seja provável que descontos sejam concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas e os serviços prestados. o) Custos de produções, direitos autorais e serviços: Os custos compreendem o valor justo da contraprestação paga ou a pagar de gastos diretos à produção de livros digitais, serviços e direitos autorais, no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece os custos por competência conforme serviços prestados, utilização de materiais diretos para produção de matérias e disponibilização de materiais para o cliente. Os custos com professores podem ser divididos entre dois tipos, são eles serviço prestado e direito autoral. O montante de direitos autorais a serem pagos aos professores referem-se ao montante dos direitos autorais relacionados a cursos e pacotes atrelados as vendas dos produtos, sendo que para os professores são pagos 10% sobre o montante de venda por aula inseridas dentro do produto oferecido. As assinaturas ilimitadas referem-se as apurações do montante de direito autoral pago aos professores nesta modalidade, a qual é mensurada mensalmente, através da avaliação da estante virtual do aluno onde pode conter no máximo 3 matérias em utilização, sendo que a existência da referida matéria na estante mensal é a base de determinação se será pago ou não o direito autoral. Caso a matéria do professor esteja na estante virtual, será pago um montante de 10% do valor mensal pago pelo aluno, rateado pelo total de cursos em sua estante virtual. p) Pagamento baseados em ações: O Grupo possui planos de pagamento baseado em ações liquidados em ações, segundo os quais a administração se compromete com ações baseados no preço ou valor das ações para empregados e não empregados em troca de serviços. As práticas contábeis utilizadas pelo Grupo no que tange ao reconhecimento do pagamento baseado em ações está de acordo com as normas adotadas no Brasil. O custo de transações liquidadas em ações é mensurado pelo valor justo na data da outorga. O custo é registrado como despesa juntamente com um aumento correspondente no patrimônio líquido durante o período do serviço ou na data da concessão, quando a concessão se refere a serviços passados. O Grupo também possui planos de pagamento por caixa baseados no preço ou valor das ações para empregados e não empregados em troca de serviços. As práticas contábeis utilizadas pelo Grupo no que tange ao reconhecimento do pagamento em caixa, baseado em ações está de acordo com as normas adotadas no Brasil. O valor das ações outorgadas no referido plano é mensurado e reconhecido pelo seu respectivo valor justo mensurado a cada data de reporte, em contrapartida ao correspondente aumento no passivo da Companhia, contabilizando o referido plano à medida que os serviços são prestados pelos funcionários e prestadores de serviços, beneficiários do plano, ou seja, ao longo do período de aquisição de direito (vesting period), com o correspondente aumento do passivo. q) Classificação de ativos e passivos, circulante e não circulante: Os ativos e passivos são classificados no circulante quando se estima que sua realização ou liquidação ocorrerá nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados no não circulante. Um ativo é reconhecido no balanço quando é provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e quando seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados por meio de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **2.4. Base para consolidação das demonstrações financeiras:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de governar as políticas financeiras e operacionais para obter benefícios em suas atividades. Em casos aplicáveis, a existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Compa-

continua ☛

Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site:
https://datamercantil.com.br/publicidade-legal
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

Publicidade Legal

continuação ☛

Estratégia Educacional Participações S.A.

nhia controla ou não a entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle acionário é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle deixa de existir. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando práticas contábeis consistentes. As controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são:

	Participação 2023	Participação 2022
Estratégia Concursos S.A.	100%	100%
Estratégia Educacional Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (controle indireto)	31,44%	20,07%

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram eliminados os saldos e as transações decorrentes de negócios entre as companhias, bem como de lucros ou prejuízos não realizados, patrimônio líquido das controladas e investimento em controladas na controladora. A controlada, Estratégia Concursos SA possui participação societária na investida listada abaixo, reconhecida pelo método de equivalência patrimonial, como não possui o controle desta empresa seus saldos não são consolidados.

	Participação 2023	Participação 2022
Tutory Ensino Ltda.	35,44%	-

2.5. Adoção inicial do CPC: Estas demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31/12/2023, são as primeiras que o Grupo preparou de acordo com o CPC. Para os períodos até e inclusive o exercício findo em 31/12/2022, o Grupo preparou as suas demonstrações financeiras de acordo com o CPC PME. Desta forma, o Grupo preparou demonstrações financeiras que cumprem o CPC aplicáveis em 31/12/2023, juntamente com os dados comparativos do período findo em 31/12/2022, conforme descrito no resumo das principais práticas contábeis adotadas pelo Grupo. Na preparação das demonstrações financeiras, a demonstração da posição financeira de abertura do Grupo foi preparada com referência a 01/01/2022, data de transição do Grupo para o CPC. Esta nota explica os principais ajustes feitos pelo Grupo na reapresentação das suas demonstrações financeiras em CPC PME, para o ano findo em 31/12/2022. **Reconciliação do patrimônio líquido em 1 o de janeiro de 2022 (data de transição para CPC) :**

	Controladora			Consolidado		
	Saldos apresentados	Remensuração	Saldos reapresentados	Saldos apresentados	Remensuração	Saldos reapresentados
Ativo Circulante	**158**	**-**	**158**	**109.487**	**-**	**109.487**
Ativo Não Circulante	**-**	**-**	**-**	**61.821**	**2.101**	**63.922**
Direito de uso	-	-	-	-	2.101	2.101
Total do Ativo	**158**	**-**	**158**	**171.308**	**2.101**	**173.409**
Passivo Circulante	**-**	**-**	**-**	**146.046**	**2.470**	**148.515**
Passivo de arrendamento	-	-	-	-	2.470	2.470
Passivo Não Circulante	**54.166**	**370**	**54.536**	**79.270**	**-**	**79.270**
Investimento em controlada com passivo a descoberto	54.154	370	54.524	-	-	-
Patrimônio líquido negativo	**(54.008)**	**(370)**	**(54.378)**	**(54.008)**	**(370)**	**(54.378)**
Prejuízoz acumulados	58.407	(370)	(58.777)	58.407	(370)	(58.777)
Total do passivo e patrimônio líquido negativo	**158**	**-**	**158**	**171.308**	**2.101**	**173.409**

Reconciliação do patrimônio líquido em 31/12/2022

	Controladora			Consolidado		
	Saldos apresentados	Remensuração	Saldos reapresentados	Saldos apresentados	Remensuração	Saldos reapresentados
Ativo Circulante	**124**	**-**	**124**	**137.108**	**-**	**137.108**
Ativo Não Circulante	**-**	**-**	**-**	**63.810**	**1.007**	**64.817**
Direito de uso	-	-	-	-	1.007	1.007
Total do Ativo	**124**	**-**	**124**	**200.918**	**1.007**	**201.924**
Passivo Circulante	**-**	**-**	**-**	**168.873**	**1.276**	**170.149**
Passivo de arrendamento	-	-	-	-	1.276	1.276
Passivo Não Circulante	**54.626**	**269**	**54.895**	**86.546**	**-**	**86.546**
Investimento em controlada com passivo a descoberto	54.614	269	54.883	-	-	-
Patrimônio líquido negativo	**(54.501)**	**(269)**	**(54.770)**	**(54.501)**	**(269)**	**(54.770)**
Prejuízoz acumulados	62.236	(269)	(62.505)	62.236	(269)	(62.505)
Total do passivo e patrimônio líquido negativo	**124**	**-**	**124**	**200.918**	**1.007**	**201.924**

Reconciliação do resultado do exercício em 31/12/2022:

	Controladora			Consolidado		
	Saldos apresentados	Remensuração	Saldos reapresentados	Saldos apresentados	Remensuração	Saldos reapresentados
Lucro bruto	-	-	-	**161.473**	-	**161.473**
Despesas gerais e administrativas	(226)	-	(226)	(141.440)	1.331	(140.109)
Resultado de equivalência patrimnial	(3.604)	(269)	(3.873)	-	-	-
Lucro(Prejuízo) antes do resultado financeiro	**(3.830)**	**(269)**	**(4.099)**	**8.443**	**1.331**	**9.774**
Resultado financeiro	**3**	**-**	**3**	**(12.270)**	**(1.601)**	**(13.871)**
Receitas financeiras	7	-	7	468	-	468
Despesas financeiras	(4)	-	(4)	(12.738)	(1.601)	(14.339)
Lucro(Prejuízo) antes dos impostos	**(3.827)**	**(269)**	**(4.096)**	**(3.827)**	**(269)**	**(4.096)**
Lucro(Prejuízo do exercício)	**(3.828)**	**(269)**	**(4.097)**	**(3.828)**	**(269)**	**(4.097)**

Reconciliação dos fluxos de caixa do exercício em 31/12/2022:

	Controladora			Consolidado		
	Saldos apresentados	Remensuração	Saldos reapresentados	Saldos apresentados	Remensuração	Saldos Reapresentados
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Lucro líquido do exercício	(3.828)	(269)	(4.097)	(3.828)	(269)	(4.097)
Ajustes:						
Amortizações	-	-	-	2.843	3.635	6.479
Equivalência patrimonial	3.604	269	3.873	-	-	-
Juros sobre arrendamento	-	-	-	-	1.601	1.601
Aumento (redução) dos passivos operacionais:						
Juros pagos de arrendamento	-	-	-	-	(1.331)	(1.601)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**(224)**	**-**	**(224)**	**(1.789)**	**3.636**	**1.577**
Fluxo de caixa das atividades de fianciamento						
Pagamento principal passivo de arrendamento	-	-	-	-	(3.636)	(3.735)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**2.687**	**-**	**2.687**	**15.262**	**(3.636)**	**11.527**
Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa	**(34)**	**-**	**(34)**	**6.199**	**-**	**6.199**

Notas à reconciliação do patrimônio líquido em 01/01/2022 e 31/12/2022 e do resultado do exercício findo em 31/12/2022: (a) Arrendamentos: De acordo com o CPC PME, um arrendamento é classificado como arrendamento financeiro ou arrendamento operacional. Os pagamentos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa operacional na demonstração do resultado pelo método linear durante o prazo do arrendamento. De acordo com o CPC, conforme explicado na Nota 2.3 (i), um arrendatário aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, e reconhece passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e direitos de utilizar ativos que representem o direito de utilização dos ativos subjacentes. Em 01/01/2022, o Grupo adotou as disposições do CPC 06 e reconheceu passivos de arrendador a pagar no valor de R$ 2.470 e ativos sob direito de uso no valor de R$ 2.101. A diferença entre passivos de arrendador a pagar e ativos de direito de uso foi reconhecida no patrimônio líquido na rubrica de prejuízos acumulados.

3. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Caixa e bancos	**10**	10	**615**	20
Aplicações financeiras	**41**	113	**14.941**	16.614
	51	123	**15.556**	16.634

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, majoritariamente atreladas ao CDI ou SELIC, sendo parte significativa realizada a partir de fundos de investimentos de renda fixa, sob a administração e gestão de grandes instituições financeiras. O objetivo desses fundos visa remunerar as disponibilidades do Grupo Estratégia sem incorrer em instrumentos ou valores mobiliários de médio e alto risco, com taxa média de 94% do CDI (91% em 2022) e SELIC 12,31% a.a (11,73% em 2022), podendo ser resgatados a qualquer momento, por solicitação da Companhia, sem mudança substancial de seus valores.

DIRETORIA

Daniel dos Santos Arcos – CFO

Adriano Miguel – Contador – CRC SP 1SP 223.002/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Conselho de Administração e Administradores da **Estratégia Educacional Participações S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, do Estratégia Educacional Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Estratégia Educacional Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes:** Conforme mencionado na nota explicativa 2.5, a Companhia efetuou a mudança de política contábil, onde deixou de aplicar o CPC PME (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e adotou as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles incumbidos pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de junho de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Fabio Henrique Rontani Fonseca
Contador
CRC SP-292795/O

Juros: taxas recuam com melhora do apetite ao risco e queda do dólar

Os juros futuros fecharam a sessão em baixa, diante da melhora de apetite ao risco global traduzida nos mercados de moedas e ações emergentes, além das commodities. O dólar em queda generalizada foi determinante para o recuo das taxas futuras.

No fechamento, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 estava em 10,545%, de 10,605% no ajuste de sexta-feira, e a do DI para janeiro de 2026 caía de 11,15% para 11,10%. O DI para janeiro de 2027 tinha taxa de 11,47% (de 11,52%) e o DI para janeiro de 2029, taxa de 11,86%, de 11,93%.

O sinal de baixa nas taxas predominou durante toda a sessão, com os principais contratos marcando máximas ao redor da estabilidade ainda na primeira hora de negócios, na esteira da divulgação da pesquisa Focus. Ao longo do dia, o câmbio foi melhorando e abrindo oportunidades para a redução de prêmios de risco. "É a menor aversão ao risco global prevalecendo, com os investidores estrangeiros vendo oportunidades nos mercados emergentes", disse o estrategista-chefe e sócio da EPS Investimentos, Luciano Rostagno, destacando ainda que o fim de semana não trouxe novidades no campo geopolítico que pudessem estressar os ativos.

Não por acaso, os DIs retomavam as mínimas quando o dólar voltava a operar abaixo de R$ 5,40. No fechamento, a moeda à vista era cotada em R$ 5,3904. Os movimentos do dólar, que normalmente pressionam mais os vencimentos longos da curva, ultimamente também têm conseguido influenciar a ponta curta, dadas as preocupações com a persistência das cotações acima de R$ 5,40. A manutenção da taxa de câmbio naquele patamar por um período prolongado começa a tomar contornos de risco para a inflação.

Ao longo da semana, o calendário de eventos e indicadores tende a ser um teste tanto para o fôlego de queda das taxas.

IstoéDinheiro

Negócios

Adiante Recebíveis S.A.

CNPJ nº 33.013.052/0001-51 – NIRE 35300533186

Ata da Reunião do Conselho de Administração em realizada em 25/11/2019

Data/Hora/Local: 25/11/2019, 11hs, na sede. **Convocação e Presença:** Dispensada. A totalidade dos membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa: Presidente:** Gustavo de Carvalho Blasco; **Secretário:** Daniel Marucci Soares. **Deliberações aprovadas:** A Primeira Emissão das Debêntures, com as seguintes características e condições: **(i) Número da emissão:** A primeira emissão constituira a 1ª emissão de debêntures da Companhia; **(ii) Data de Emissão:** Para todos os fins e feitos legais, a data de emissão das Debêntures será aquela prevista na Escritura; **(iii) Forma:** nominativa, sem emissão de cautelas ou certificados; **(iv) Conversibilidade:** simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia; **(v) Espécie:** As Debêntures da Primeira Emissão serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações; **(vi) Número de Séries:** A Primeira Emissão será realizada em duas séries, sendo (i) as Debêntures emitidas no âmbito da Primeira Série denominadas "Debêntures Seniores", e (ii) as Debêntures emitidas no âmbito da Segunda Série denominadas "Debêntures Subordinadas"; **(vii) Garantia Real:** em garantia do fiel, correto, pontual e integral pagamento da totalidade das obrigações, principais e acessórias, da Emissora assumidas na Escritura e no Contrato de Cessão Fiduciária, incluindo o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios, dos Encargos Moratórios e da Multa Não Compensatória, se for o caso, devidos pela Emissora nos termos da Escritura; e (ii) todo e qualquer custo ou despesa, inclusive com honorários advocatícios, comprovadamente incorridos pelo pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos, outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura, a Companhia cede fiduciariamente em garantia, em favor dos Debenturistas: (i) a totalidade das duplicatas originadas na plataforma eletrônica da Companhia, denominada Adiante Recebíveis, acessível pelo endereço eletrônico https://adiantesa.com, que forem adquiridas com os recursos das Debêntures ou com o saldo da Conta Vinculada ("Direitos Creditórios Vinculados"), de titularidade da Companhia, os quais se encontram listados no Contrato de Cessão Fiduciária e os quais deverão ser pagos em conta vinculada à operação, mediante decisão dos Debenturistas ("Conta Vinculada"); (ii) a totalidade dos direitos creditórios decorrentes da integralização das Debêntures; e (iii) a Conta Vinculada e os direitos de crédito, atuais ou futuros, decorrentes da Conta Vinculada. **(viii) Valor Total da Primeira Emissão:** O valor total da Primeira Emissão será de R$20.000.000,00, na Data de Emissão **(ix) Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 2.000 Debêntures da Primeira Emissão, sendo 1.001 Debêntures Seniores, e 999 Debêntures Subordinadas; **(x) Valor Nominal Unitário das Debêntures:** R$10.000,00, na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); **(xi) Forma de subscrição e Integralização:** As Debêntures serão subscritas, mediante assinatura do boletim de subscrição, nos termos previsto na Escritura, após inscrição e registro da Escritura na JUCESP e o registro da Garantia, e serão integralizadas na data de subscrição pelo Preço de Integralização, sendo o pagamento do Preço de Integralização realizado na forma abaixo, respeitado sempre o mínimo 49% do saldo devedor das Debêntures representado por Debêntures Subordinadas ("Razão de Garantia"). As Debêntures poderão ser subscritas em várias tranches, e uma ou mais oportunidades, respeitada sempre a Razão de Garantia, até o fim do Prazo de Alocação. As Debêntures Seniores e as Debêntures Subordinadas da Primeira Emissão serão subscritas e integralizadas no mesmo dia e de maneira concomitante de maneira a cumprir com a Razão de Garantia, podendo ocorrer a subscrição e integralização em uma ou mais datas, em tranches separadas, desde que respeitada a Razão de Garantia, ressalvado que as Debentures Subordinadas deverão ser subscritas e integralizadas antes das Debentures Seniores, podendo os Debenturistas Seniores exigir a comprovação da subscrição e integralização das Debentures Subordinadas para verificar o enquadramento da Razão de Garantia, antes de proceder com a integralização das Debentures Seniores ("Data de Integralização"). As Debêntures ser o integralizadas, na respectiva Data de Integralizaçãopelo Valor Nominal Unitário, em moeda corrente nacional, mediante depósito na Conta Vinculada, sem a interferência de instituição financeira integrante do sistema de distribuição e fora do âmbito da B3 ("Preço de Integralização"), sendo certo que as debêntures não subscritas deverão ser canceladas; **(xii) Atualização monetária do Valor Nominal Unitário:** o Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures não será atualizado monetariamente; **(xiii) Destinação dos Recursos:** Até a data de 10/04/2020 ("Prazo de Alocação"), os recursos líquidos provenientes da captação por meio da Primeira Emissão serão destinados pela Emissora para aquisição de Direitos Creditórios que atendam cumulativamente os Critérios de Elegibilidade, a Política de Crédito, as Condições de Cessão e a Política de Validação, observado os demais termos e condições previstas na Escritura; **(xiv) Prazo e data de vencimento:** Respeitadas (i) a Ordem de Alocação, (ii) os Eventos de Vencimento Antecipado, e (iii) a Amortização Extraordinária Obrigatória, o vencimento final das Debêntures da Primeira Emissão ocorrerá em 14/08/2020 ("Data Final de Vencimento"); **(xv) Juros Remuneratórios:** As Debêntures farão jus a juros remuneratórios correspondentes a entre (a) 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 Dias Uteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 no informativo diário, disponível: em sua página na internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI - Over"); e (b) 100% da variação da Taxa DI Over acrescidos de um spread equivalente a 20% ao ano, base 252 dias úteis, conforme definido na Escritura de Emissão, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data de Integralização até a Data Final de Vencimento, ou, se for o caso, até a data de vencimento ou pagamento antecipado ou Data de Amortização Extraordinária Obrigatória, conforme previsto nesta Escritura ("Juros Remuneratórios"). Os Juros Remuneratórios serão pagos conforme fórinula prevista na Escritura. **(xvi) Pagamento dos Juros Remuneratórios:** Após decorrido o Prazo de Alocação, os Juros Remuneratórios das Debêntures serão pagos, exclusivamente com os recursos da Conta Vinculada, em cada Data de Amortização Extraordinária Obrigatória ou na Data de Vencimento Final, respeitada a Ordem de Alocação. Nos termos da Escritura e da legislação aplicável vigente, os pagamentos devidos pela Emissora referentes a amortização dos Juros Remuneratórios das Debêntures, no âmbito da Primeira Emissão, estão condicionados ao efetivo pagamento dos Direitos Creditórios Vinculados na Conta Vmculada, os quais são cedidos em garantia aos Debenturistas, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária; **(xvii) Amortização Extraordinária Facultativa:** As Debêntures não poderão ser extraordinariamente amortizadas de forma antecipada pela Emissora, exceto nos casos de Amortização Extraordinária Obrigatória; **(xviii) Amortização Extraordinária Obrigatória:** Caso existam recursos disponíveis na Conta Vinculada em cada data de pagamento da Amortização Extraordinária Obrigatória, conforme descrito no quadro abaixo ("Data de Amortização Extraordinária Obrigatória"), a Emissora deverá proceder em tal data com a amortização extraordinária obrigatória das Debêntures ("Amortização Extraordinária" "Obrigatória") respeitadas sempre a Ordem de Alocação . **Amortização:** 1ª Amortização Extraordinária Obrigatória; **Data:** 10/04/2020. **Amortização:** 2ª Amortização Extraordinária Obrigatória; **Data:** 24/04/2020. **Amortização:** 3ª Amortização Extraordinária Obrigatória; **Data:** 08/05/2020. **Amortização:** 4ª Amortização Extraordinária Obrigatória; **Data:** 22/05/2020. **Amortização:** 5ª Amortização Extraordinária Obrigatória; **Data:** 05/06/2020. **Amortização:** 6ª Amortização Extraordinária Obrigatória; **Data:** 19/06/2020. **Amortização:** 7ª Amortização Extraordinária Obrigatória; **Data:** 03/07/2020. **Amortização:** 8ª Amortização Extraordinária Obrigatória; **Data:** 17/07/2020. **Amortização:** 9ª Amortização Extraordinária Obrigatória; **Data:** 31/07/2020. 10ª Amortização Extraordinária Obrigatória; **Data:** 14/08/2020. Por ocasião de cada Amortização Extraordinária Obrigatória, a Emissora deverá proceder com o pagamento do Valor Nominal Unitário, dos Juros Remuneratórios, das Despesas e de eventuais Encargos Moratórias e Multa Não Compensatória, na seguinte ordem, com os recursos disponíveis na conta vinculada, observada a ordem de alocação prevista na Escritura ("Ordem de Alocação") **(xix) Encargos Moratórios:** Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures da Primeira Emissão, os débitos devidos, vencidos e não pagos, além de Juros Remuneratórios, serão acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, calculados pro rata temporis e capitalizados diariamente de forma exponencial, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além de despesas razoavelmente incorridas para a cobrança (em conjunto, "Encargos Moratórias"). O descumprimento de determinadas obrigações por parte da Emissora, conforme previsto de maneira expressa na Escritura, ensejará a cobrança de Multa Não Compensatória equivalente a valor a ser determinado na Escritura, a ser paga pela Emissora aos Debenturistas Seniores em até 5 Dias. Úteis contados do recebimento de uma notificação pela Emissora enviada pelos Debenturistas Seniores exigindo o pagamento de Multa Não Compensatória ("Multa Não Compensatória"); **(xx) Aquisição Facultativa:** A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir bebêntures em circulação, observado o disposto no artigo 55, § 3°, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado, devendo, no primeiro caso, ser objeto de aditamento a esta Escritura; **(xxi) Colocação:** As Debêntures da Primeira Emissão serão emitidas para colocação privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores realizado por instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários; **(xxii) Vencimento antecipado:** Exceto conforme deliberado ou autorizado pela maioria simples dos Debenturistas Seniores, seja em sede de assembleia ou mediante documento escrito assinado pela maioria simples dos Debenturistas Seniores, os Debenturistas Seniores poderão declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes na Escritura e exigir o imediato pagamento pela Emissora do saldo do Valor Nominal Unitário, das Debêntures da Primeira Emissão, acrescido dos Juros Remuneratórios, dos Encargos Moratórias e de Multa Não Compensatória, se houver, calculados pro rata temporis a partir da Data de Integralização, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura, independenten:iente do recebimento de aviso, notificação, interpelação judicial ou extrajudicial ou de convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, na ocorrência das hipóteses previstas em Lei e ainda na ocorrência de quaisquer dos eventos descritos na Escritura ("Eventos de Vencimento Antecipado"); **(xxiii) Demais características:** as demais características das Debêntures encontrar-se-ão descritas na Escritura. **2.** Autorizar a constituição da outorga da Garantia em favor dos Debenturistas, a ser estabelecida mediante a celebração do Contrato de Cessão Fiduciária. Nada mais. São Paulo, 25/11/2019. JUCESP nº 643.555/19-5 em 17/12/2019. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Urbsan Logística Ambiental S.A.

CNPJ/MF nº 35.351.726/0001-53 - NIRE 35.300.543.971

Assembleia Geral Ordinária realizada em 19 de fevereiro de 2024

Data/Hora/Local. Em 19/02/2024, 10hs, na sede social. **Convocação e presença.** Dispensada. Acionistas representando 100% do capital votante. **Mesa. Presidente** - **Sr. Ubiratan Sebastião de Carvalho**; **Secretária** - **Sra. Rosimar Cipriano Carvalho. Deliberações aprovadas.** O relatório da administração e o balanço patrimonial e o demonstrativo de resultados, relativos ao exercício findo em 31/12/2023, abstendo-se de votar os legalmente impedidos. Assim sendo fica consignado, em cumprimento ao disposto pelo artigo 132, inciso II da Lei nº 6.404/76, que em razão do resultado apurado no exercício social encerrado em 31/12/2022, fica prejudicada a deliberação a respeito da destinação do lucro líquido do exercício e da distribuição de dividendo. Nada mais. São Paulo, 19/02/2024. JUCESP nº 225.969/24-5 em 19/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Brauna FMI I Securitizadora S.A.

CNPJ/ME: nº 43.015.637 /0001-64 - NIRE 35.300.576.284

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 02/09/2022

Local/Data/Hora: Na Sede da Sociedade em 02/09/2022 às 10h30. **Convocação e Presença:** Dispensada. Presença dos acionistas representando a totalidade de ações. **Mesa:** Presidente, **Sr. Gustavo de Carvalho Blasco**, Secretário, **Sr. Gustavo Moreira Carvalho. Deliberações aprovadas: i) A** 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Subordinada, para Colocação Privada, da **Brauna FMI I Securitizadora S.A.**, na quantidade de 50.000.000 de debêntures, cada qual com valor unitário de R$1,00, totalizando o valor de R$50.000.000,00; e **ii)** Os termos e condições estabelecidas pela Escritura de 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Subordinada, para Colocação Privada, da **Brauna FMI I Securitizadora S.A.**, sendo certo e declarado que os Acionistas da Companhia estiveram presentes na modulação e estão cientes do conteúdo da Escritura; e **iii)** Em favor da diretoria da **Brauna FMI I Securitizadora S.A.**, de poderes para adotar todos e quaisquer atos e assinar todos e quaisquer documentos necessários à implementação e formalização da Emissão de Debêntures, incluindo eventuais aditamentos, bem como ratificação de todos e quaisquer atos até então adotados e todos e quaisquer documentos até então assinados pela diretoria da Emissora para formalização de referidas deliberações, incluindo, mas não se limitando a, negociar e firmar os termos e celebrar todos os instrumentos e praticar todos os atos necessários à efetivação da Emissão, incluindo, mas não se limitando, à celebração da Escritura de Emissão, Boletins de Subscrição e demais documentos da Emissão. Nada mais. JUCESP nº 484.682/22-2 em 26/09/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Brauna FMI I Securitizadora S.A.

CNPJ nº 43.015.637/0001-64 – NIRE 35.300.576.284

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada aos 22 dias de junho de 2023

Local/Data/Hora: Na Sede da Sociedade em 22/06/2023 às 10hs. **Convocação e Presença:** Dispensada. Acionistas representando a totalidade de ações. **Mesa:** Presidente, Sr. **João D'ottaviano Pucci Lima**, Secretário, Sra. Isabella Vendramini Fregolente. **Deliberações aprovadas: i)** A 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações subordinada para colocação privada da Brauna FMI I Securitizadora S.A., na quantidade de 20.000.000 de debêntures, cada qual com valor unitário de R$1,00, totalizando o valor de R$20.000.000,00; **ii)** Os termos e condições estabelecidas pela Escritura de 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Subordinada, para Colocação Privada, da Brauna FMI I Securitizadora S.A., sendo certo e declarado que os Acionistas da Companhia estiveram presentes na modulação e estão cientes do conteúdo da Escritura; e **iii)** Em favor da diretoria da Brauna FMI I Securitizadora S.A. de poderes para adotar todos e quaisquer atos e assinar todos e quaisquer documentos necessários à implementação e formalização da Emissão de Debêntures, incluindo eventuais adiantamentos, bem como ratificação de todos e quaisquer atos até então adotados e todos e quaisquer documentos até então assinados pela diretoria da Emissora para formalização de referidas deliberações, incluindo, mas não se limitando a, negociar e firmar os termos e celebrar todos os instrumentos e praticar todos os atos necessários à efetivação da Emissão, incluindo, mas não se limitando, à celebração da Escritura de Emissão, Boletins de Subscrição e demais documentos da Emissão. Nada mais. São Paulo, 22/06/2023. JUCESP nº 260.236/23-8 em 29/06/23. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

NTN Participações S.A.

CNPJ/MF nº 24.743.653/0001-29 – NIRE 35.300.491.131

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2023

Data, Hora e Local: 29/12/2023, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, à Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 2.055, conjunto 132, sala 01, Jardim Paulistano, São Paulo-SP. **Convocação e Presenças:** dispensada a convocação prévia, tendo em vista o comparecimento dos representantes da totalidade do capital social. **3. Mesa: Jorge Justus Nitzan** – Presidente; e **José Antonio Miguel Neto –** Secretário. **4. Ordem do Dia**: **(i)** o aditamento da 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia flutuante, datada de 29/03/2018 ("1ª Emissão"); **(ii)** o aditamento da 2ª emissão de debêntures conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia flutuante, datada de 29/05/2018 ("2ª Emissão"); e **(iii)** o aditamento da 3ª emissão de debêntures conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia flutuante, datada de 04/06/2018 ("3ª Emissão"). **Deliberações:** considerando a Ata de Assembleia Geral Extraordinária da **Cygnus Participações S.A.**, CNPJ/MF nº 24.847.880/0001-02, primeira Debenturista, a qual deliberou pelo encerramento de suas atividades, bem como o encerramento das atividades de sua acionista **Cygnus LLC**, CNPJ/MF nº 27.832.585/0001-62, com a versão de seus ativos para a sociedade **Omachen Participações Ltda.**, CNPJ/MF nº 04.491.268/0001-24 e NIRE 35216931672 ("Omachen"), o Acionista aprova, sem quaisquer ressalvas: **(i)** O aditamento da 1ª Emissão, no valor principal total de R$60.000.000,00 para que conste como nova Debenturista a sociedade **Omachen**; **(ii)** O aditamento da 2ª Emissão, no valor principal total de R$ 53.000.000,00, para que conste como nova Debenturista a sociedade **Omachen**; e **(iii)** O aditamento da 3ª Emissão, no valor principal total de R$ 1.500.000,00, para que conste como nova Debenturista a sociedade **Omachen**. **Encerramento**: Nada mais a ser tratado. **Mesa: Jorge Justus Nitzan** – Presidente; **Jose Antonio Miguel Neto** – Secretário. **Acionista Presente: Jorge Justus Nitzan**. JUCESP – Registrado sob o nº 217.091/24-6 em 05/06/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Global Web Outsourcing do Brasil S.A.

CNPJ/MF n° 12.130.013/0001-64 - NIRE 353.0056305-1

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de abril de 2024

Data/Hora/Local: Em 15/04/2024, 17hs, na sede da Companhia. **Presença**: A totalidade dos acionistas da Companhia. **Convocação**: Dispensada. **Mesa**: Presidente, Bruna Boner Léo Silva, e Secretária, Karina Boner Léo Silva. **Deliberações aprovadas**: **(i)** Autorizar a lavratura da ata em forma de sumária; **(ii)** Tomar conhecimento e anuir com a renúncia da Sra. **Tatiane Araújo Pereira**, abaixo subscrita, ao cargo de Diretor da Companhia. **(iii)** Reeleger para o cargo de Diretora Presidente da Companhia a Sra. **Karina Boner Léo Silva**, brasileira, nutricionista, residente e domiciliada em Brasília/DF, tendo um mandato de 02 anos, sendo o respectivo termo de posse. A Diretora ora eleita declara sob a pena da Lei, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. **(iv)** Os acionistas deliberaram ainda sobre a alteração dos artigos que compõem o Capítulo IV do Estatuto Social que passam a vigorar da seguinte forma: "**Artigo 11.** A Companhia será administrada por um Diretor, na forma da lei e deste Estatuto Social, Diretor, sem designação específica, eleito pela Assembleia Geral e por ela destituível a qualquer tempo, com mandato de 02 anos, permitida a reeleição. **§ 1º.** Ocorrendo vacância de cargo de Diretor, caberá à Assembleia Geral eleger o novo Diretor ou designar o substituto, fixando, em qualquer dos casos, o prazo da gestão. **§ 2º.** O Diretor tomará posse mediante a assinatura do respectivo termo de posse, lavrado em livro próprio, e permanecerá em seu cargo até a posse de seu sucessor. **§ 3º.** Compete ao Diretor exercer, individualmente, as atribuições que lhes forem atribuídas em reunião em Assembleia Geral, que poderá estabelecer denominação específica para o seu cargo. **Artigo 12.** O Diretor sempre que necessário. **§ 1º.** Instalar reunião e deliberar a qualquer tempo. **§ 2º.** Instalar reunião e deliberar registrando em livro próprio. **Artigo 13.** Compete ao Diretor exercer, individualmente, as atribuições que a lei, este Estatuto Social e a Assembleia Geral lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia. **Artigo 14.** Compete ao Diretor da Companhia: (i) representar a Companhia, ativa e passivamente; (ii) zelar pela observância da lei, do Estatuto Social da Companhia e de eventuais Acordo de Acionistas arquivados na Companhia; (iii) zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas Assembleias; (iv) administrar, gerir e superintender os negócios da Companhia; (v) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar necessárias e úteis; (vi) elaborar o relatório anual da administração; (vii) abrir e encerrar filiais da Companhia. **Artigo 15.** A representação da Companhia dar-se-á sempre por meio da assinatura de: (i) do Diretor, isoladamente; ou, ainda, (ii) de 1 procurador nomeado, na forma dos parágrafos deste artigo. **§ 1º**. Os seguintes atos do administrador, nomeado diretor, somente poderão ser praticados mediante prévia aprovação dos acionistas detentores de no mínimo 70% do capital social: a) A concessão de empréstimos a terceiros, a acionistas e empregados; b) A constituição de procuradores "*ad judicia*" para o preparo ou a propositura de qualquer ação judicial em nome da sociedade; e c) A abertura e o encerramento de contas bancárias, bem como a mudança de assinaturas autorizadas a movimentá-las. **§ 2º**. Os seguintes atos são privativos dos acionistas, e somente poderão ser praticados por acionistas detentores de no mínimo 90% do capital social: a) A celebração de qualquer acordo que envolva a venda, cessão ou oneração da totalidade ou parte relevante dos negócios da Companhia; b) A outorga a quaisquer terceiros de direitos ou opções para adquirir ou deter qualquer ação ordinária do capital social; c) O aumento do capital social; d) A deliberação sobre falência ou concordata da Companhia; e) A constituição de hipoteca, alienação e criação de quaisquer ônus em relação aos ativos da Companhia; e f) A assunção pela sociedade de empréstimos bancários e obrigações de longo prazo, assim consideradas aquelas que excedam 12 meses. **§ 3º**. A outorga de procurações pela Companhia deverá ser obrigatoriamente assinada pelo Diretor, sempre que possível atribuindo poderes específicos, devendo possuir um prazo máximo de validade de 1 ano, com exceção das procurações (i) com poderes *ad judicia*, e (ii) com poderes para representação perante órgãos públicos federais, estaduais, municipais, incluindo, sem limitação, a Secretaria da Receita Federal, SECEX, DECEX, Secretarias da Fazenda Estaduais e Municipais, Prefeituras, que poderão possuir prazo de validade indeterminado. 6. Aprovadas por unanimidade as deliberações acima. O Estatuto Social da Companhia passará a vigorar conforme redação constante no Anexo IV à presente ata. Nada mais. Santana de Parnaíba – SP, 15/04/2024. JUCESP nº 222.598/24-4 em 14/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

BRZ Brasia II (C) Investimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 35.121.721/0001-34 – NIRE 35.300.546.865

Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 03/05/2024

Aos **03/05/2024**, às **10h**, com totalidade. **Mesa:** Presidente: Nessim Daniel Sarfati. Secretário: Luis Carlos Martins Ferreira. **Deliberações: (I)** O aumento do capital social, atualmente totalmente subscrito e integralizado, de R$ 2.105.263,00, por meio da emissão de 21.052.630 novas ações, todas nominativas e sem valor nominal, das quais: (a) 21.000.000 são ações ordinárias; e (b) 52.630 são ações preferenciais Classe A. **(II)** O capital social passa de R$ 238.295.642,44 para R$ 240.400.905,44, dividido em 2.424.009.054 ações nominativas e sem valor nominal, das quais: (a) 2.417.949.031 são ações ordinárias; e (b) 6.060.023 são ações preferenciais Classe A. As novas ações são totalmente subscritas e integralizadas, pelos atuais acionistas da Companhia. Nada mais. JUCESP nº **206.001/24-1** em sessão de **17/05/2024**. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R$ 5,3994 / R$ 5,4 **
Câmbio livre mercado - R$ 5,3893 / R$ 5,3913 *
Turismo - R$ 5,4154 / R$ 5,5954
(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado no dia: -0,90%

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: 1,06%
Pontos: 122.636
Volume financeiro: R$ 18,148 bilhões
Maiores altas: Magazine Luiza ON (12,28%), HapVida ON (5,99%), MRV ON (5,43%)
Maiores baixas: Embraer ON (-1,03%), CCR SA ON (-0,67%), Raizen PN (-0,35%)
S&P 500 (Nova York): -0,31%
Dow Jones (Nova York): 0,67%
Nasdaq (Nova York): -1,09%
CAC 40 (Paris): 1,03%
Dax 30 (Frankfurt): 0,89%
Financial 100 (Londres): 0,53%
Nikkei 225 (Tóquio): 0,54%
Hang Seng (Hong Kong): -0,0%
Shanghai Composite (Xangai): -1,17%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -0,54%
Merval (Buenos Aires): -1,36%
IPC (México): -0,52%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Setembro 2023: 0,26%
Outubro 2023: 0,24%
Novembro 2023: 0,28%
Dezembro 2023: 0,56%
Janeiro 2024: 0,42%
Fevereiro 2024: 0,83%
Março 2024: 0,16%
Abril 2024: 0,38%

GCB Finance S.A.

CNPJ nº 49.090.873/0001-21 - NIRE 35300608259

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28/03/2023

Data/Hora/Local: 28/03/2023, 11hs, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada. A presença da totalidade dos acionistas da Companhia. **Mesa:** Foram Sr. Paulo Humberto Sapio de Morais, Presidente; Sr. Gustavo Moreira Carvalho, Secretário. **Deliberações aprovadas: (i)** A realização da Oferta, com as seguintes características e condições que constarão da Escritura de Emissão a ser firmada entre a Companhia e o Agente Fiduciário: **(a) Número da Emissão:** a Emissão representa a 1ª emissão de Debêntures da Companhia; **(b) Valor da Emissão:** o valor total da Emissão será de R$15.000.000,00, na Data de Emissão , sendo R$7.500.000,00 para as Debêntures da 1ª Série e R$7.500.000,00 para as Debêntures da 2ª Série ; **(c) Quantidade:** serão emitidas 15.000 debêntures, sendo 7.500 debêntures da 1ª Série ("Debêntures da 1ª Série") e 7.500 debêntures da 2ª Série ("Debêntures da 2ª Série" e, em conjunto com as Debêntures da 1ª Série, "Debêntures"); **(d) Número de Série:** a Emissão será realizada em 2 séries ("1ª Série" e "2ª Série" e, quando em conjunto, "Séries" ou, individual e indistintamente, "Séries") **(e) Valor Nominal Unitário:** o valor nominal unitário das Debêntures será de R$1.000,00 na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); **(f) Destinação de Recursos:** os recursos líquidos captados por meio da Oferta, descontados dos custos de despesas a serem previstos na Escritura de Emissão, serão destinados para o atendimento da gestão ordinária de seus negócios e para o pagamento de despesas extraordinárias e das Despesas (conforme a ser definido na Escritura de Emissão); **(g) Espécie:** as Debêntures serão da espécie subordinada, nos termos do artigo 58, caput e parágrafo quarto, da Lei das S.A.; **(h) Data de Emissão:** para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será a data definida na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"); **(i) Conversibilidade:** as Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia; **j) Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade das Debêntures:** as Debêntures serão emitidas sob forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados, e, para todos os fins e efeitos de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato das Debêntures emitido pelo Escriturador e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela B3, em nome de cada Debenturista; **(k) Prazo e Data de Vencimento:** ressalvadas das hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures em função de um Evento de Inadimplemento (conforme definido na Escritura de Emissão), Resgate Antecipado Facultativo ou Aquisição Facultativa das Debêntures , com cancelamento da totalidade das Debêntures, as Debêntures da 1ª Série terão prazo de vencimento de 24 meses contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série"), e as Debêntures da 2ª Série terão prazo de vencimento de 24 meses contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série" e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série, "Data de Vencimento"); **(l) Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** as Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, cm moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Data de Início da Rentabilidade, a integralização deverá considerar o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da respectiva Remuneração, calculados pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de sua efetiva integralização; **(m) Data de Início da Renatbilidade:** para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a primeira data de integralização das Debêntures ("Data de Início da Rentabilidade"); **(n) Repactuação:** as Debêntures não serão objeto de repactuação programada; **(o) Atualização Monetária das Debêntures:** o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; **(p) Remuneração das Debêntures da 1ª Série:** sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI-Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 ("Taxa DI"), acrescida de spread (sobretaxa) de 9,00% ao ano, base em 252 Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da 1ª Série"). A Remuneração das Debêntures da 1ª Série será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures), desde a Data de Início da Rentabilidade ou Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série (conforme definido abaixo) imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data de pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, data de pagamento por vencimento antecipado em decorrência de um evento de inadimplemento ou na data de um eventual resgate antecipado, o que ocorrer primeiro (em todos os casos, exclusive). A Remuneração das Debêntures da 1ª Série será calculada de acordo com a fórmula a ser estabelecida na Escritura de Emissão; **(q) Remuneração das Debêntures da 2ª Série:** Sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada 100% da Taxa DI, acrescida de spread (sobretaxa) de 6,00% ao ano, base em 252 Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da 2ª Série" e, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da 1ª Série, "Remuneração"). A Remuneração das Debêntures da 2ª Série será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures), desde a Data de Início da Rentabilidade ou Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série (conforme definido abaixo) imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data de pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, data de pagamento por vencimento antecipado em decorrência de um evento de inadimplemento ou na data de um eventual resgate antecipado, o que ocorrer primeiro (em todos os casos, exclusive). A Remuneração das Debêntures da 2ª Série será calculada de acordo com a fórmula a ser estabelecida na Escritura de Emissão; **(r) Pagamento da Remuneração:** sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, de Aquisição Facultativa, com cancelamento da totalidade das Debêntures, de Amortização Extraordinária ou de Resgate Antecipado Facultativo, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, a: (i) Remuneração das Debêntures da 1ª Série será paga em uma única parcela, na Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série ("Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série"); e (ii) Remuneração das Debêntures da 2ª Série será paga mensalmente, sem carência, a partir da Data de Emissão, sendo o último pagamento devido na Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série (cada uma das datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série" e, em conjunto com a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, "Data de Pagamento da Remuneração"). **(s) Amortização do Saldo do Valor Nominal Unitário:** sem prejuízo dos pagamentos decorrentes de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, de Aquisição Facultativa com cancelamento da totalidade das Debêntures, de Amortização Extraordinária ou de Resgate Antecipado Facultativo, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão e na legislação aplicável: (i) o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será amortizado em 1 única parcela, na Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série; e (ii) o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série será amortizado em 1 única parcela, na Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série; **(t) Resgate Antecipado Facultativo:** a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo parcial ou total das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o valor devido pela Companhia será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável, a serem resgatadas, acrescido (b) da Remuneração, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo. O Resgate Antecipado Facultativo deverá observar os demais termos e condições previstos na Escritura de Emissão; **(u) Amortização Extraordinária:** a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar a amortização extraordinária facultativa das Debêntures ("Amortização Extraordinária"). Por ocasião da Amortização Extraordinária, o valor devido pela Companhia será equivalente a (a) parcela do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem amortizadas, acrescido (b) da Remuneração das Debêntures, de forma proporcional, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária, incidente sobre a parcela do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizada e demais encargos devidos e não pagos até a data de Amortização Extraordinária das Debêntures. A Amortização Extraordinária deverá observar os demais termos e condições previstos na Escritura de Emissão; **(v) Aquisição Facultativa:** A Companhia poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, adquirir Debêntures, observado o disposto no art. 5°, da Lei das S.A. e o disposto na Resolução da CVM nº 77, de 29/03/2022 ("Resolução CVM 77"), e ainda, condicionado ao aceite do Debenturista vendedor, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia ("Aquisição Facultativa"). As Debêntures adquiridas pela Companhia nos termos da da Escritura de Emissão poderão, a critério da Companhia e desde que observada a regulamentação aplicável em vigor, (a) ser canceladas; (b) permanecer em tesouraria; ou (e) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à remuneração aplicável às demais Debêntures. A Companhia deverá observar os procedimentos para aquisição facultativa previstos nos artigos 14 e seguintes da Resolução CVM 77; **(w) Regime de Colocação e Plano de Distribuição:** as Debêntures serão objeto de distribuição pública exclusivamente para Investidores Profissionais (conforme definido na Escritura de Emissão), nos termos da Lei de Valores Mobiliários, da Resolução CVM 160 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, com a intermediação do Coordenador Líder, sob o regime de melhores esforços de colocação para a totalidade do Valor Total da Emissão, nos termos do Contrato de Distribuição. A Oferta será conduzida pelo Coordenador Líder, conforme plano de distribuição elaborado nos termos do artigo 49 da Resolução CVM 160 e do Contrato de Distribuição ("Plano de Distribuição"), não havendo qualquer limitação em relação à quantidade de Investidores Profissionais acessados pelo Coordenador Líder, sendo possível, ainda, a subscrição ou aquisição das Debêntures por qualquer número de Investidores Profissionais; **(x) Distribuição Parcial:** será admitida a distribuição parcial das Debêntures no âmbito da Oferta, nos termos do artigo 73 da Resolução CVM 160, observada que a Oferta somente será efetivada com, no mínimo, a colocação de 1 Debênture da 1ª Série ou 1 Debênture da 2ª Série, conforme o caso, perfazendo o montante total de R$1.000,00 ("Montante Mínimo"). No ato da aceitação à Oferta, os Investidores Profissionais poderão condicionar sua adesão a que haja distribuição: (a) da totalidade das Debêntures, sendo que, se tal condição não se implementar, as ordens serão canceladas; ou (b) de uma proporção ou quantidade mínima de Debêntures originalmente objeto da Oferta, definida conforme critério do próprio Investidor Profissional, devendo o Investidor Profissional, no momento da aceitação, indicar se, implementando-se a condição prevista, pretende receber a totalidade das Debêntures subscritas ou quantidade equivalente à proporção entre a quantidade de Debêntures efetivamente distribuída e a quantidade de Debêntures originalmente objeto da Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do Investidor Profissional em receber a totalidade das Debêntures originalmente indicadas por tal Investidor. Caso a condição indicada pelo Investidor não seja atendida, a respectiva ordem será cancelada. As Debêntures não colocadas serão canceladas. Se, ao final do Período de Distribuição (conforme definido na Escritura de Emissão), as Debêntures não tiverem sido totalmente subscritas e integralizadas, o Coordenador Líder não se responsabilizará pelo saldo não integralizado, caso em que, observado o Montante Mínimo, as partes da Escritura de Emissão deverão realizar aditamento à Escritura de Emissão para prever a quantidade de Debêntures efetivamente subscritas e integralizadas, a ser celebrado em até 5 Dias Úteis contados da data do encerramento do Período de Distribuição, que deverá ser levado a registro perante a JUCESP, observado o disposto na Escritura de Emissão, sem necessidade de nova aprovação societária pela Companhia ou de aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, bem como realizar o cancelamento do saldo não integralizado. **(y) Vencimento Antecipado:** observado o disposto na Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá considerar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Companhia do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescidos da respectiva Remuneração, calculados pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade ou da Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento (exclusive), além dos demais encargos devidos nos termos a serem estabelecidos na Escritura de Emissão, quando aplicáveis, na ocorrência de qualquer uma das hipóteses específicas a serem estabelecidas na Escritura de Emissão e desde que observados os prazos de cura, conforme aplicável; **(z) Depósito para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica:** as Debêntures serão depositadas para: (i) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) negociação, observado o disposto na Cláusula 2.5.2 abaixo, no mercado secundário por meio do CETIP 21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; **(aa) Prorrogação dos Prazos:** considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não exista expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da B3, hipótese em que referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com feriado declarado nacional, sábado ou domingo. Para fins da Escritura de Emissão, será considerado "Dia Útil", inclusive para fins de cálculo, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional **(bb) Encargos Moratórios:** sem prejuízo da remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Companhia de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa moratória convencional, irredutível e não compensatória, de 2,00%; e (ii) juros moratórios à razão de 1,00% ao mês, calculados desde a data do inadimplemento (inclusive) até a data do efetivo pagamento (exclusive); ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios"); e **(cc) Demais Características:** as demais características das Debêntures encontrar-se-ão descritas na Escritura de Emissão. **(ii)** A autorização para a Diretoria da Companhia praticar todos os atos necessários para realização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando a: (a) celebração, pela Companhia, de todos os contratos e documentos no âmbito da Emissão e Oferta e de seus eventuais aditamentos, incluindo, mas não se limitando a Escritura de Emissão e o Contrato de Distribuição; (b) contratação de todos os prestadores de serviços necessários no âmbito da Emissão, que incluem, mas não se limitam, o Agente Fiduciário, o Agente de Liquidação, o Escriturador e os assessores legais; e (c) prática de todos os demais atos necessários para realização do disposto no item (i) acima. Nada mais. São Paulo, 28/03/2023. JUCESP nº 145.002/23-8 em 12/04/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Allied Tecnologia S.A.

CNPJ/MF nº 20.247.322/0037-58 – NIRE 35.300.465.369

Código CVM nº 02533-0 – Companhia Aberta

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2024

1. Data, Horário e Local: 30/04/2024, às 14h30, de modo exclusivamente digital, através da plataforma digital Zoom ("Plataforma Digital"). Nos termos do artigo 5º, § 3º da RCVM 81/22, esta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da **Allied Tecnologia S.A.** ("Assembleia" e "Companhia", respectivamente) será considerada como realizada na sede social, na Av. das Nações Unidas 12.995, 22º (parte) e 23º andares, Brooklin, São Paulo/SP. **2. Convocação**: O Edital de Convocação foi publicado no jornal Data Mercantil nas edições: (i) impressa de São Paulo dos dias 29/03/2024 (edição única dos dias 29, 30 e 31/03/2024, bem como do dia 01/04/2024), 02/04/2024 e 03/04/2024, nas páginas 05, 07 e 10, respectivamente, e (ii) online, nos mesmos dias, nas páginas 34, 11 e 11, respectivamente. **3. Publicações e Divulgação**: O relatório da administração, as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, o parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte"), empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, e o relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, foram publicados, de forma resumida, no jornal Data Mercantil, na edição de São Paulo, do dia 22/03/2024, nas páginas 06 e 07, e de forma completa no website do mesmo jornal, no mesmo dia. Os documentos acima foram também colocados à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e divulgados nas páginas eletrônicas da CVM, da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e da Companhia no dia 21/03/2024, nos termos da regulamentação aplicável. **4. Presença**: Presentes acionistas titulares de **72.654.339** ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, representando **77,72**% do capital social total da Companhia, conforme se verifica das informações contidas nos mapas analíticos elaborados pelo escriturador e pela própria Companhia e dos registros do sistema eletrônico de participação a distância disponibilizado pela Companhia, na forma prevista na RCVM 81/22. Presentes, ainda, a representante da administração, a Sra. Fabiana Lawant, Diretora de Relações com Investidores da Companhia, e a representante da Deloitte, a Sra. Fernanda Carvalho, bem como o membro do Comitê de Auditoria Estatutário, Sr. Carlos Elder Maciel de Aquino, para fins do disposto no Artigo 31-B, § 2º, II da Resolução CVM nº 23, de 25/02/2021, conforme alterada. **5. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Evaristo Dumont de Lucena Pereira, e secretariados pela Sra. Caroline Freitas de Souza. **6. Ordem do Dia: (I) Em Assembleia Geral Ordinária: (a)** as demonstrações financeiras da Companhia contendo as notas explicativas, acompanhadas do relatório e parecer dos auditores independentes e do relatório anual e parecer do comitê de auditoria, bem como o relatório da administração e as contas dos administradores, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023; **(b)** a proposta da Administração para a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023; e **(c)** a proposta da administração acerca da fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social a se encerrar em 31/12/2024; e **(II) Em Assembleia Geral Extraordinária: (a)** A extinção dos Planos de Opção de Compra de Ações aprovados em (i) Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29/12/2014; e (ii) Assembleia Geral Extraordinária realizada 28/09/2018. **7. Procedimentos Preliminares:** Antes de iniciar os trabalhos, o Presidente e a Secretária da Mesa prestaram esclarecimentos sobre o funcionamento da Plataforma Digital disponibilizada pela Companhia e a forma de manifestação e voto dos acionistas que participaram remotamente da Assembleia, bem como informaram que: (i) os trabalhos da Assembleia seriam gravados, sendo que a gravação ficará arquivada na sede da Companhia, nos termos do artigo 30, § 1º, da RCVM 81/22; (ii) os novos documentos eventualmente apresentados durante a Assembleia que ainda não tenham sido disponibilizados pela Companhia poderiam ser visualizados simultaneamente por todos os participantes presentes remotamente; e (iii) a Plataforma Digital para participação a distância na Assembleia permitia que os acionistas ouvissem as manifestações de todos os demais acionistas e se dirigissem aos membros da Mesa e aos demais participantes da Assembleia, permitindo, assim, a comunicação entre acionistas. **8. Leitura dos Documentos:** Foi dispensada: (i) a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia, os quais foram postos à disposição dos senhores acionistas: (a) na sede da Companhia; e (b) nos *websites* da Companhia, da B3 e da CVM, por meio do Sistema Empresas.Net, em atendimento ao disposto no artigo 124, § 6º da Lei das S.A.; e (ii) a leitura do mapa de votação sintético consolidado dos votos proferidos por meio de boletins de voto a distância, consoante o disposto no artigo 48, § 4º da RCVM 81/22, uma vez que tal documento foi divulgado ao mercado pela Companhia em 29/04/2024. **9. Deliberações:** Instalada a Assembleia e dado início à discussão das matérias indicadas na ordem do dia, os acionistas deliberaram o quanto segue: Aprovar, por **unanimidade** de votos, a lavratura da ata desta Assembleia na forma de sumário contendo a transcrição apenas das deliberações tomadas, conforme dispõe o artigo 130, § 1º da Lei das S.A., e sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes na forma do § 2º do mesmo artigo da Lei das S.A. As matérias constantes da ordem do dia foram postas em discussão e votação, tendo sido tomadas, conforme mapa de votação constante do Anexo I, o qual, para todos os efeitos, deve ser considerado como parte integrante desta ata, as seguintes deliberações: **(I) Em Assembleia Geral Ordinária: (a) As demonstrações financeiras da Companhia contendo as notas explicativas, acompanhadas do relatório e parecer dos auditores independentes e do relatório anual e parecer do comitê de auditoria, bem como o relatório da administração e as contas dos administradores, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023.** Aprovar, por **maioria** de votos, sem quaisquer reservas ou ressalvas, registradas as abstenções, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, as demonstrações financeiras da Companhia contendo as notas explicativas, acompanhadas do relatório e parecer emitidos pela Deloitte e do relatório anual e parecer do comitê de auditoria, bem como o relatório da administração e as contas dos administradores, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023. **(b) A proposta da Administração para a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023.** Aprovar, por **unanimidade** de votos, sem quaisquer reservas ou ressalvas, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, a proposta da administração para a destinação do lucro líquido da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2023, no montante total R$ 122.444.047,65, da seguinte forma: (i) R$ 6.122.202,38 para composição da reserva legal, nos termos do art. 193, caput e § 1º, da Lei das S.A.; (ii) R$ 90.000.000,00 para o pagamento de juros sobre capital próprio, perfazendo o montante líquido de tributos de R$ 85.547.449,80, nos termos das deliberações tomadas pelo Conselho de Administração nas reuniões realizadas em 14/12/2023 e em 05/03/2024, e pagos em parcela única, no dia 25/03/2024, com base na posição acionária constante dos registros da Companhia ao final de 19/12/2023; e (iii) R$ 26.321.845,27 para composição da reserva de incentivos fiscais, nos termos do art. 195-A da Lei das S.A. **(c) A proposta da administração acerca da fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social a se encerrar em 31/12/2024.** Aprovar, por **unanimidade** de votos, sem quaisquer reservas ou ressalvas, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, a fixação da remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31/12/2024, em até R$ 13.400.000,00, sendo que referido valor não inclui os impactos das contribuições previdenciárias a serem suportadas pela Companhia na forma da lei sobre as remunerações fixa e variável, nos termos da proposta da administração, ficando a cargo do Conselho de Administração da Companhia a fixação do montante individual, conforme o disposto no artigo 152 da Lei das S.A. **(d) Instalação do Conselho Fiscal da Companhia.** Adicionalmente, foi registrado o recebimento de pedido de instalação do Conselho Fiscal por acionistas titulares de ações representativas de **0,20%** do capital social total e votante da Companhia. Tendo em vista o não atendimento do percentual mínimo exigido pelo Artigo 2º da Resolução CVM 70, de 22/03/2022, conforme alterada, o órgão não foi instalado para o exercício a se encerrar em 31/12/2024. **(II) Em Assembleia Geral Extraordinária: (a) A extinção dos Planos de Opção de Compra de Ações aprovados em (i) Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29/12/2014; e (ii) Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28/09/2018.** Aprovar, **por unanimidade de votos**, a extinção dos Planos de Opção de Compra de Ações aprovados em (i) Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29/12/2014; e (ii) Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28/09/2018, sem prejuízo das opções outorgadas até a presenta data e ainda em aberto, as quais permanecerão em vigor sob os mesmos termos e condições dos planos ora extintos. **10. Encerramento**: Nada mais a tratar, o presidente declarou a Assembleia encerrada, da qual foi lavrada a presente ata em forma de sumário. Mesa: Sr. Evaristo Dumont de Lucena Pereira, Presidente da Mesa; Caroline Freitas de Souza, Secretária. Acionistas Presentes: Brasil Investimentos 2015 I FIP Multiestrategia; e Brasil Investimentos 2015 II FIP Multiestrategia. Votos apresentados via Boletins de Voto a Distância: General Electric Pension Trust – Citibank DTVM SA; The First Church Of Christ, Scientist, In Boston Massachusetts – Citibank DTVM SA; Board Of Pensions Of The Evangelical Lutheran Church In America – Citibank DTVM SA; Emerging Markets Core Equity Portfolio Of DFA Investment Dimensions Group Inc – Citibank DTVM SA; Alaska Permanent Fund Corporation – Citibank DTVM SA; City Of New York Group Trust – Citibank DTVM SA; Acadian Global Equity Fund – Citibank DTVM SA; New York State Teachers Retirement System – Citibank DTVM SA; Teachers' Retirement System Of The City Of New York – J P Morgan S/A DTVM; Explorador Panam Horizon Fund, LP – J P Morgan S/A DTVM; Pacific Capital Ucits Funds Plc – Citibank DTVM SA; Philadelphia Gas Works Pension Plan – Citibank DTVM SA; e Ricardo Radomysler. São Paulo/SP, 30/04/2024. **Caroline Freitas de Souza** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 202.064/24-4 em 14/05/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Coroa (Suécia) - 0,5158
Dólar (EUA) - 5,4
Franco (Suíça) - 6,0409
Iene (Japão) - 0,03381
Libra (Inglaterra) - 6,8488
Peso (Argentina) - 0,005941
Peso (Chile) - 0,005723
Peso (México) - 0,2999
Peso (Uruguai) - 0,1362
Yuan (China) - 0,7439
Rublo (Rússia) - 0,06189
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,7931

Negócios

Usina Santa Fé S.A.

CNPJ/MF nº 45.281.813/0001-35

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	2024	2023
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	533.995	331.412
Contas a receber de clientes	10.731	1.954
Estoques	39.677	48.334
Ativos biológicos	123.984	130.122
Adiantamentos a fornecedores	17.379	17.405
Impostos a recuperar	29.740	51.292
Ativo fiscal corrente	933	5.258
Instrumentos financeiros derivativos	29.908	21.890
Depósitos judiciais	33.512	26.726
Outros ativos	2.463	3.606
Total do ativo circulante	822.322	637.999
Não circulante		
Depósitos judiciais	2.103	2.211
Impostos a recuperar	11.185	3.060
Instrumentos financeiros derivativos	141	-
Ativo fiscal diferido	12.392	39.614
Outros ativos	192	302
Total do realizável a longo prazo	26.013	45.187
Investimentos	733	663
Propriedades para investimento	1.632	1.632
Direito de uso	330.943	316.164
Imobilizado	725.458	636.445
Intangível	1.273	1.339
	1.060.039	956.243
Total do ativo não circulante	1.086.052	1.001.430
Total do Ativo	1.908.374	1.639.429

Passivo	2024	2023
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	169.754	251.937
Parceria agrícola a pagar	103.606	96.175
Fornecedores	107.200	121.435
Impostos e contribuições a recolher	35.598	29.375
Passivo fiscal corrente	-	64
Salários e férias a pagar	27.037	20.853
Adiantamentos de clientes	598	1.023
Outras contas a pagar	1.039	892
Instrumentos financeiros derivativos	26.255	68.415
Dividendos a distribuir	39.281	-
Total do passivo circulante	510.368	590.169
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	887.433	621.738
Parceria agrícola a pagar	243.156	220.818
Fornecedores	620	503
Impostos e contribuições a recolher	12.148	31.692
Empréstimos – mútuos	27.200	25.716
Instrumentos financeiros derivativos	9.931	-
Dividendos a distribuir	-	24.731
Provisões para contingências	10.211	7.237
Total do passivo não circulante	1.190.699	932.435
Patrimonial líquido		
Capital social	113.447	113.447
Reserva de lucros	127.638	80.027
Reservas de reavaliação	2.722	3.040
Ajustes de avaliação patrimonial	(36.500)	(79.689)
Total do patrimônio líquido	207.307	116.825
Total do passivo	1.701.067	1.522.604
Total do passivo e patrimônio líquido	1.908.374	1.639.429

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	2024	2023
Resultado do exercício	61.565	74.707
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Var. cambial não realizada - *hedge accounting*	43.747	(25.608)
Resultado abrangente total	105.312	49.099

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	2024	2023
Receita operacional líquida	1.329.479	1.227.663
Custos dos produtos vendidos	(882.572)	(853.990)
Valor justo de ativo biológico	2.419	(2.199)
CPC 38 - *Hedge accounting*	(83.080)	(32.475)
Lucro bruto	366.246	338.999
Despesas de vendas	(80.882)	(48.577)
Despesas administrativas e gerais	(57.553)	(54.340)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	23.983	16.727
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	251.794	252.809
Receitas financeiras	30.416	18.253
Despesas financeiras	(182.376)	(160.202)
Variação cambial líquida	(1.826)	(545)
Resultado com derivativo	(6.478)	(488)
Receitas (despesas) financeiras e variação cambial líquidas	(160.264)	(142.982)
Resultado antes dos impostos	91.530	109.827
IRPJ e CSLL correntes	(25.280)	(31.461)
IRPJ e CSLL diferidos	(4.685)	(3.659)
Resultado do exercício	61.565	74.707

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		Reserva de Lucros			Ajuste de	Lucros	
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de reavaliação	avaliação patrimonial	acumulados	Total
Saldos em 31/03/2022	113.447	2.056	20.365	3.301	(53.499)	-	85.670
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	(261)	-	261	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27	-	-	-	-	(582)	582	-
Ganhos (Perdas) líquidos de hedge de fluxo de caixa							
Hedge accounting sobre empréstimos	-	-	-	-	(5.191)	-	(5.191)
Hedge accounting sobre NDF	-	-	-	-	(33.609)	-	(33.609)
Efeito tributário sobre o hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	13.192	-	13.192
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	74.707	74.707
Constituição reserva legal	-	3.778	-	-	-	(3.778)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(17.944)	(17.944)
Reserva de retenção de lucros	-	-	53.828	-	-	(53.828)	-
Saldos em 31/03/2023	113.447	5.834	74.193	3.040	(79.689)	-	116.825
	113.447	5.834	74.193	3.040	(79.689)	-	116.825
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	(318)	-	318	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27	-	-	-	-	(558)	558	-
Ganhos (Perdas) líquidos de hedge de fluxo de caixa							
Hedge accounting sobre empréstimos	-	-	-	-	20.225	-	20.225
Hedge accounting sobre NDF	-	-	-	-	46.059	-	46.059
Efeito tributário sobre o hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	(22.537)	-	(22.537)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	61.565	61.565
Constituição reserva legal	-	3.122	-	-	-	(3.122)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(14.830)	(14.830)
Reserva de retenção de lucros	-	-	44.489	-	-	(44.489)	-
Saldos em 31/03/2024	113.447	8.956	118.682	2.722	(36.500)	-	207.307

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	61.565	74.707
Ajustes para:		
Depreciação, exaustão e amortização:		
Depreciação (agrícola e indústria)	31.340	34.675
Depreciação (direito de uso)	117.398	118.900
Ativos biológicos colhidos (depreciação)	65.452	62.676
Amortização de Tratos Culturais	110.191	80.633
Amortiz. de entressafra (agrícola e indústria)	56.613	67.253
Resultado na venda de ativos imobilizados	1.934	1.301
Mudança no valor justo de ativos biológicos	(2.419)	2.199
IRPJ e CSLL diferidos	4.685	3.659
Instrumentos financeiros derivativos	5.670	215
Juros de empréstimos mútuos provisionados	1.681	2.993
Juros de empréstimos e financiamentos provisionados	130.803	106.127
Provisão para contingências	2.974	1.555
Créditos de impostos tomados	(12.694)	(1.618)
Apropriação encargos financeiros	26.404	28.387
Provisão para devedores duvidosos	(61)	-
	601.536	583.662
Variações em:		
Contas a receber de clientes	(8.716)	7.753
Estoques	8.657	1.734
Ativo biológico	(101.634)	(107.016)
Adiantamentos a fornecedores	26	(2.942)
Impostos a recuperar	30.446	(19.706)
Outras contas a receber	1.253	3.166
Depósitos judiciais	(6.678)	1.294
Fornecedores	(14.118)	(671)
Impostos e contribuições a recolher	3.942	(11.300)
Salários e férias a pagar	6.184	2.650
Adiantamentos de clientes	(425)	(7.964)
Outras contas a pagar	147	35
Caixa gerado nas atividades operacionais	520.620	450.695
IRPJ e CSLL pagos	(17.327)	(34.691)
Juros de empréstimos e financiamentos pagos	(132.370)	(93.416)
Fluxo de caixa e equivalentes de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	370.923	322.588
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de investimentos	(70)	-
Aquisição de intangíveis	(11)	(325)
Aquisição do imobilizado	(244.275)	(196.340)
Caixa e equivalente de caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(244.356)	(196.665)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(280)	-
Empréstimos mútuos pagos (principal)	(196)	(1.673)
Parceria agrícola paga	(128.812)	(117.982)
Empréstimos e financiamentos tomados	518.415	402.531
Emprést. e financiamentos pagos (principal)	(313.419)	(295.434)
Custo de transação dos empréstimos e financiam.	308	(12.792)
Caixa e equivalente de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamentos	76.016	(25.350)
(Redução) aumento do caixa e equiv. de caixa	202.583	100.573
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de abril	331.412	230.839
Caixa e equiv. de caixa em 31/03/2024	533.995	331.412
(Redução) aumento do caixa e equiv. de caixa	202.583	100.573

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Usina Santa Fé S.A. ("Santa Fé" ou "Companhia") tem sua sede administrativa na Estrada da Antiga Fazenda Itaquerê s/nº, Bairro rural, na cidade de Nova Europa - SP, e têm como objeto social e atividade preponderante o plantio e o cultivo de cana-de-açúcar, a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados da cana-de-açúcar, além de atuar na cogeração de energia elétrica a partir da queima do bagaço. Adicionalmente, explora outras culturas agrícolas em complemento ao cultivo da cana-de-açúcar. Durante a safra 2023/2024 a Santa Fé obteve uma moagem de 4,7 milhões de toneladas de cana. O mix de produção praticado na safra 2023/2024 foi de 53,90% para produção de açúcar e 46,10% para produção de etanol. É importante destacar que a Santa Fé tem mantido constante diligência em relação aos seus custos operacionais por meio da otimização de seus processos agrícolas e industriais além de garantir maior flexibilidade industrial e qualidade aos seus produtos. Além disso, a estratégia da Companhia para as próximas safras está direcionada para o incremento dos volumes de moagem visando atingir sua capacidade total. Como resultado dos investimentos já realizados nas áreas industrial e agrícola, a Santa Fé prevê uma moagem de 4,6 milhões de toneladas de cana na Safra 2024/25. Para isso, a Santa Fé possui contratos de parceria agrícola de cana-de-açúcar com a empresa relacionada Agropecuária Nova Europa S.A. e terceiros que, em conjunto com a cana de fornecedores sustentam sua produção para os próximos períodos de colheita. **1.1. Sobre o Renovabio e Cbios:** Instituída pela Lei nº 13.576/2017, o RenovaBio é a Política Nacional de Biocombustíveis. O principal instrumento do RenovaBio é o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país. As distribuidoras de combustíveis deverão comprovar o cumprimento de metas individuais compulsórias por meio da compra de Créditos de Descarbonização (CBIO), ativo financeiro negociável em bolsa, derivado da certificação do processo produtivo de biocombustíveis com base nos respectivos níveis de eficiência alcançados em relação a suas emissões. Durante o exercício findo em 31/03/2024, a Companhia emitiu 196 mil Cbios (171 mil no exercício anterior), dos quais 100% foram comercializados com as distribuidoras de combustíveis, as quais possuem metas de aquisição estabelecidas pelo programa RenovaBio, e representaram uma receita de R$ 22.094 (R$ 17.732 no ano anterior). **2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 21 de junho 2024. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como moagem de cana e mix, não foram auditados pelos auditores independentes. Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Francisco Sylvio Malzoni Gavotti - CEO
Acir Jardim Coelho Filho - Diretor Industrial
Genaildo Torres - Diretor Administrativo-Comercial
João Paulo Rogante - Diretor Agrícola
Thiago Rossi Pinto - Diretor Financeiro

Cristiano Alves da Silva - Técnico Contábil
CRC-1SP295797/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e acionistas da **Usina Santa Fé S.A.**, Nova Europa – SP. **Opinião**: Examinamos as demonstrações financeiras da Usina Santa Fé S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/03/2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31/03/2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria**: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. *Mensuração do valor justo dos ativos biológicos*: Conforme mencionado na nota explicativa 10 às demonstrações financeiras, a Companhia mensura seus ativos biológicos, que correspondem ao produto agrícola cana-de-açúcar em desenvolvimento, através do valor justo, calculado com base no fluxo de caixa descontado da safra em formação. Essa mensuração é uma estimativa significativa e é baseada em diversas premissas e metodologias adotadas pela diretoria da Companhia, para as quais foram utilizadas informações internas e externas, principalmente relacionadas à produtividade, rentabilidade, preços e taxa de desconto. Em 31/03/2024, a Companhia possuía saldo de R$ 123.984 mil na rubrica de ativos biológicos, no ativo circulante. Devido à relevância dos valores dos ativos biológicos registrados pela Companhia, às incertezas inerentes à estimativa de valor justo dos ativos biológicos, bem como ao julgamento necessário que deve ser exercido pela diretoria na determinação das premissas de cálculo do seu valor justo, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) o entendimento dos controles internos chaves implementados pela Companhia relacionados ao processo de avaliação do valor justo dos ativos biológicos; (ii) utilização de profissionais especializados para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia, em particular relacionadas às estimativas de produtividade, rentabilidade, preços e taxas de juros para descontos dos fluxos de caixa; (iii) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de mensuração do respectivo valor justo dos ativos biológicos, bem como seus reflexos no resultado do exercício. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo dos ativos biológicos, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor justo dos respectivos ativos biológicos, assim como respectivas divulgações nas notas explicativas 6i) e 10 são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 21/06/2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes
CRC SP-027623/F

José Antonio de A. Navarrete
Contador
CRC SP-198698/O

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida.
As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Ibovespa passa a subir em junho, aos 122,6 mil, em alta de 1,07% na sessão

Os ativos brasileiros tiveram um início de semana de relativa descompressão, favorecidos por agenda esvaziada nesta segunda-feira e também pela trégua nos ruídos políticos. Assim, com dólar em queda perto de 1%, a R$ 5,39, e com viés de baixa nos DIs futuros, o Ibovespa subiu 1,07%, aos 122.636,96 pontos, no maior nível de fechamento desde o último dia 6. Em junho, que chega ao fim para o mercado na sexta-feira, o Ibovespa passa a acumular leve ganho de 0,44%, limitando a perda do ano a 8,61%. O giro ficou em R$ 18,1 bilhões. A alta desta segunda-feira foi a quinta consecutiva para o Ibovespa.

"Mais um dia de recuperação para o Ibovespa, puxado hoje pelos bancos, com o dólar cedendo e os juros futuros caindo também", diz Gabriel Mota, operador de renda variável da Manchester Investimentos, destacando o desempenho a princípio "tímido" das grandes ações de commodities, como Vale (ON +0,12%), o que impedia que o Ibovespa fosse mais longe na segunda-feira – mas reforçado no fechamento por Petrobras (ON +1,91%, PN +0,93%, ambas nas máximas da sessão no encerramento), em dia de avanço em torno de 1% para as cotações do Brent e do WTI, com o relativo enfraquecimento global do dólar neste começo de semana.

Mota destaca a recuperação técnica do Ibovespa, em semana que traz a ata do Copom, na terça-feira, e novos dados de inflação no Brasil, na quarta, e nos EUA, na sexta-feira – fatores que, em conjunto, tendem a contribuir para a formação de preços.

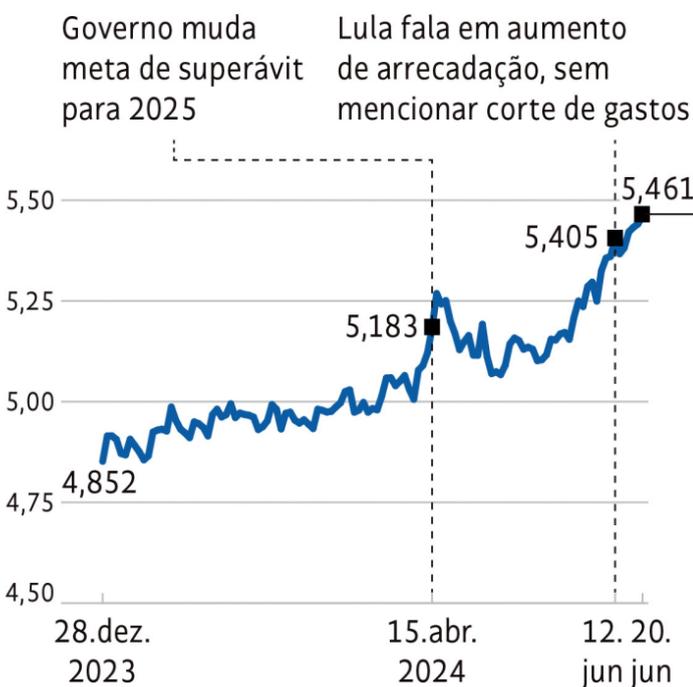
IstoéDinheiro

Dólar em 2024

Fechamento diário, em R$

Governo muda meta de superávit para 2025

Lula fala em aumento de arrecadação, sem mencionar corte de gastos

5,50
5,25
5,00
4,75
4,50
4,852
5,183
5,405
5,461
28.dez. 2023
15.abr. 2024
12. jun
20. jun

Cotação minuto a minuto nesta quinta-feira (20), em R$

Fechamento do dia anterior

Início de entrevista de Lula

5,470
5,445
5,420
5,395
5,370
5,441
5,427
5,461
17h
11h50
17h

Fonte: CMA

Magazine Luiza venderá produtos AliExpress após 'acordo estratégico'

O Magazine Luiza anunciou, na segunda-feira (24), um acordo estratégico de venda de produtos premium do AliExpress, gigante chinês do e-commerce, em sua plataforma de marketplace.

A linha disponibilizada será a "Choice", que inclui acessórios de informática, produtos de moda e para casa, ferramentas, itens para bebês, entre outros. Em contrapartida itens de "cauda longa" do Magazine Luiza, como eletrodomésticos e outros bens duráveis, serão vendidos na plataforma chinesa.

A parceria entrará em vigor no terceiro trimestre deste ano. A estratégia visa a complementaridade, de acordo com o CEO do Magazine Luiza, Frederico Trajano.

"Serão disponibilizados produtos das mais diversas categorias do AliExpress que são absolutamente complementares ao sortimento do Magalu, acelerando a estratégia de diversificação e de aumento de frequência de compras", disse ele, em coletiva de imprensa ontem.

Geladeiras e outros produtos de linha branca, por sua vez, farão parte do portfólio da varejista chinesa --"algo que o AliExpress não tem, mas no Magalu é muito forte", disse Briza Bueno, diretora do AliExpress para a América Latina.

A importação da linha Choice acontecerá por meio do Remessa Conforme, programa do governo federal que prevê facilidades aduaneiras para as empresas inscritas e isenção do Imposto de Importação para compras de até US$ 50 (cerca de R$ 270, na atual cotação).

A isenção tributária, porém, pode estar com os dias contados. Aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado, o projeto de lei que prevê uma alíquota de 20% para compras internacionais de qualquer valor -apelidado de "taxa das blusinhas"- pode ser sancionado em breve pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A discussão sobre a taxação deu celeridade às negociações entre Magalu e AliExpress, de acordo com Trajano.

"Nós começamos as conversas no final do ano passado, em um time de mais de cem pessoas do Magalu envolvidas. O negócio foi evoluindo e acelerou bastante no último mês após a nova taxa, e nós ficamos muito confortáveis nessa nova situação para fazer o anúncio."

Tamara Nassif/Folhapress

Brasileiro lança concorrente nacional do Franuí, doce argentino que viralizou nas redes sociais

O Franuí, doce argentino que ficou conhecido no Brasil após viralizar nas redes sociais ano passado, acaba de ganhar um concorrente brasileiro: o Berry-Bites. O novo doce nacional já é vendido em mercados focados em público de classe alta em São Paulo e Rio de Janeiro e deve chegar a outras capitais em breve.

O viral do Franuí ocorreu em meio à crise econômica argentina, que levou milhares de turistas brasileiros ao país. Influenciadores digitais passaram então a compartilhar nas redes sociais suas experiências conhecendo e provando o doce: uma framboesa congelada banhada com duas camadas de chocolate, nos sabores branco/ao leite ou branco/amargo.

O BerryBites é semelhante, porém se diferencia por utilizar chocolate sem açúcar. "Eu queria fazer uma comida indulgente, mas que não desse peso na consciência", explica Ricardo Cotrim, dono da empresa brasileira. Além disso, o doce nacional estreia com duas opções de fruta, framboesa e mirtilo, e com o projeto de lançar novos sabores em breve.

Outra diferença é o tamanho, de 100 gramas por pote contra 150 gramas por embalagem de Franuí. A ideia foi deixar o produto como uma porção individual, além de reduzir custo. Enquanto o pote de Franuí é vendido por cerca de R$ 35, o Berrybytes sai por R$ 25.

A escolha dos mercados onde o produto começou a ser comercializado – São Paulo e Rio de Janeiro – não foi aleatória. "Eles [os mercados] têm um público jovem, preocupado com saúde, classes A e B, que priorizam produtos de qualidade", explica o empreendedor.

IstoéDinheiro

Ambev investe mais de R$ 60 milhões em fábrica no RJ para ampliar produção de Corona

Nesta segunda, 24, a Ambev inaugurou uma nova linha da cerveja Corona em sua fábrica Nova Rio, em Campo Grande-RJ. O investimento de R$ 61 milhões permitirá que a companhia amplie a produção da Corona, cerveja que teve crescimento de 70% no volume de vendas no primeiro trimestre de 2024, em comparação com o mesmo período de 2023.

O investimento vai tornar possível a produção da garrafa de vidro transparente da cerveja, que, em vez de usar rótulos de papel, é pintada. Com a nova linha, a Ambev será capaz de decorar as garrafas dentro da sua unidade. Dessa forma, a fábrica do Rio de Janeiro será capaz de produzir, decorar e envasar 80% das long necks de Corona consumidas no Brasil.

A capacidade da nova linha de decoração é de 36 mil garrafas/hora, tanto da versão long neck convencional quanto da garrafa de 600ml.

"A produção de Corona é especial e a sua garrafa é um símbolo da marca de cerveja premium que mais cresce no país e impulsiona o nosso portfólio. Além disso, esse investimento reforça a importância do estado do Rio de Janeiro para o nosso negócio, com a fábrica de Campo Grande recebendo a nossa primeira linha decoradora de Corona", afirma Joilson Conceição, Diretor da Cervejaria Nova Rio da Ambev.

De 2022 para 2023, a Ambev viu as vendas do seu portfólio premium, do qual Corona faz parte, terem uma alta de cerca de 25% no país. Desde 2019, o volume de vendas de cerveja premium da Ambev no Brasil cresceu mais de 200%.

Desde o ano passado, a companhia vem investindo mais de R$ 1 bilhão nas suas operações ao redor do Brasil, em estados como Maranhão, Bahia, Ceará, Pernambuco, Piauí, Goiás, Paraná e Rio de Janeiro. O objetivo é otimizar e aumentar a capacidade de produção de cervejas premium, refrigerantes e embalagens.

IstoéDinheiro